



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



MARIA AUGUSTA DE JESUS LIMA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA RESEX MARINHA
MESTRE LUCINDO: UMA FORMA DE DIVERSIFICAR A
ATIVIDADE EXTRATIVISTA LOCAL?**

BELÉM
2018

MARIA AUGUSTA DE JESUS LIMA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA RESEX MARINHA
MESTRE LUCINDO: UMA FORMA DE DIVERSIFICAR A
ATIVIDADE EXTRATIVISTA LOCAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM, do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA da Universidade Federal do Pará – UFPA, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão dos Recursos Naturais.
Orientador: Prof. Dr. Wagner Luiz Barbosa Ramos
Co-orientador: Prof. Dr. Rodolpho Zaluth Bastos

BELÉM
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- L732u Lima, Maria Augusta de Jesus.
Uso de plantas medicinais na RESEX marinha Mestre Lucindo: uma forma de diversificar a atividade extrativista local? / Maria Augusta de Jesus Lima. — 2018.
107 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Wagner Luiz Barbosa Ramos
Coorientador(a): Prof. Dr. Rodolpho Zaluth Bastos
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
1. Etnofarmácia. 2. Fitoterapia. 3. Gestão. I. Título.

CDD 341.3471

MARIA AUGUSTA DE JESUS LIMA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA RESEX MARINHA
MESTRE LUCINDO: UMA FORMA DE DIVERSIFICAR A
ATIVIDADE EXTRATIVISTA LOCAL?**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM, do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Data: 27/06/2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wagner Luiz Ramos Barbosa (Orientador)
Doutor em Ciências Naturais
PPGEDAM/UFPA

Prof. Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes
Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPGEDAM/UFPA

Prof. Dr. Marcos Valério Santos da Silva
Doutor em Ciências Farmacêuticas
PPGSAS/UFPA

Dedico esse trabalho a Augusta Sousa da Silva (*in memoria*), mulher guerreira, cujo os ensinamentos de amor e fé são repassados através das gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por guiar os meus passos e me abençoar sempre.

Aos meus pais, José e Mira, e minha irmã, Letícia, por serem a minha base e meu sustento, sem o apoio e o incentivo de vocês nada seria possível na minha vida. Amo vocês e agradeço todos os dias a Deus pelo amor e fé que são a base da nossa família, Let é o melhor presente que Deus e nossos pais poderiam ter me dado.

Ao meu orientador, Wagner Barbosa, por todo apoio, ajuda e incentivo durante a realização deste trabalho. Pela primeira vez me senti de fato orientada, obrigada por tudo.

A todos os professores e funcionários do PPGEDAM pelos conhecimentos compartilhados e pelas ajudas obtidas no decorrer dessa jornada chamada mestrado. Em especial ao Daniel Sombra por toda ajuda na confecção dos mapas.

Aos meus familiares que me apoiaram e me incentivaram durante toda a minha vida. Em especial a minha tia Irene, que é muito mais do que uma tia, minha gratidão eterna.

A AUREMLUC que representa os comunitários da RESEX Mestre Lucindo, os quais me ajudaram e me ensinaram muitas coisas durante o desenvolvimento deste trabalho e foram fundamentais para que esta dissertação pudesse ser concluída. Em especial aos moradores das Comunidades Boa Esperança, Guarajubal, Livramento e do bairro do Sossego.

A equipe da Coordenação Regional 4 (CR4) do ICMBio que sempre deixaram as portas abertas e autorizaram a realização desta pesquisa, em especial Fernando Peçanha e Fábio Otti

A gestora da RESEX Mestre Lucindo, Lídia Amorim, por toda ajuda e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho.

A equipe de apoio da gestão da RESEX Lídia, Robson, Arnaldo e Carlos Henrique por todo conhecimento compartilhado e por todas as risadas que vocês me proporcionaram nas viagens de campo. Quero levar a amizade de vocês pro resto da vida.

A Prof. Ana Paula Dias e a minha tia Rose Trindade que me auxiliaram durante o desenvolvimento do pré-projeto para ingresso neste programa de pós-graduação.

A equipe do SESI/Tomé-açu que me incentivou e me ajudou durante o processo de ingresso neste mestrado.

Aos meus amigos da turma PPGEDAM 2016, por todos os momentos e conhecimentos compartilhados. Em especial a Tahnity Haarad, a irmãzinha que

eu ganhei, obrigada por toda ajuda, incentivo e companheirismo.

Aos amigos da turma Biologia-UFGA-2010 que permanecem presentes na minha vida, obrigada pelo incentivo e apoio durante este trabalho. Vocês servem de inspiração na minha vida.

Aos amigos pessoais, por todo incentivo e apoio no decorrer desta jornada.

*Pra quem sempre sofreu e hoje em dia é feliz
Fé em Deus
Pra quem não alcançou tudo que sempre quis
Fé em Deus
Pra quem ama, respeita e crê
E pra aquele que paga pra ver
Tenha fé, vá na fé
Nunca perca a fé em Deus*

Fé em Deus – Diogo Nogueira

RESUMO

As Reservas Extrativistas (RESEX) são uma das 12 categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado em 2000, estão no grupo de Unidades de Uso Sustentável e possuem como finalidade básica proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As RESEX Marinhas estão localizadas em áreas de transição entre o ambiente marinho e terrestre, onde prevalece o ecossistema de manguezal, essas reservas buscam proteger essas áreas da degradação antrópica, estimulando o uso sustentável dos recursos naturais, e protegendo a biodiversidade do local. O presente trabalho analisa a utilização de plantas medicinais por usuários da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, buscando dimensionar a atividade extrativista local como uma forma de proporcionar uma fonte alternativa de renda para a comunidade. A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso com metodologia qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e Diagnóstico Rápido Participativo, realizado em reuniões comunitárias, com anuência prévia via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento. A pesquisa contou com participantes residentes das comunidades de Boa Esperança, Camará, Guarajubal, Livramento e Sossego (bairro localizado no distrito de Marudanópolis), e com os principais membros ligados gestão da Unidade, representante do órgão gestor (ICMBio) e da Associação de Usuários da Reserva (AUREMLUC). Os dados coletados junto aos participantes das comunidades foram utilizados para caracterização socioeconômica e delimitação do perfil etnofarmacêutico. Setenta e quatro por cento dos participantes da pesquisa são do sexo feminino, com idade variando entre 18 e 92 anos. A média de idade entre as mulheres é de 42,6 anos e para os homens 65,4 anos. A fonte de renda principal varia de acordo com a comunidade, e 69% dos entrevistados recebem o auxílio governamental Bolsa Família. Em relação a utilização de plantas medicinais, os entrevistados citaram 69 espécies diferentes, distribuídas em pelo menos 32 famílias botânicas. A finalidade e a forma de uso foram diversas, incluindo chás, banho e garrafadas. A maioria dos entrevistados aprendeu a utilizar plantas com a finalidade medicinal com as mães ou avós e não enxergam esse recurso como uma fonte de renda para a família. Devido a ação antrópica de desmatamento e manejo incorreto dos recursos, várias espécies estão se tornando escassas ou muito dispersas. Buscando minimizar os problemas encontrados, foi elaborado um relatório com as principais plantas medicinais encontradas na área e uma proposta de reposição da flora medicinal nas comunidades da RESEX. Esse documento foi encaminhado ao órgão gestor, ICMBio.

Palavras-chave: Fitoterapia, Etnofarmácia, Gestão.

Abstract

Extractive Reserves (RESEX) are one of 12 categories of the National System of Conservation Units (NSCU) created in 2000, they belong to the group of Sustainable Use Units and have the basic purpose to protect livelihoods and the associated culture of extractivist communities, and ensure the sustainable use of the unit's natural resources. The Marine RESEX are located in transitional areas between marine and terrestrial environment, where the mangrove ecosystem prevails, the creation of these reserves seeks to protect them from anthropic degradation, stimulating the sustainable use of natural resources, and protecting the local biodiversity. The present work analyzes the use of medicinal plants by users of the Mestre Lucindo Marine Extractivist Reserve, seeking to shape it as an additional local extractive activity in order to provide a complementary source of income for the community. The research was developed as a case study with qualitative and quantitative methodology. The data were collected through semi-structured interviews and Rapid Participatory Diagnosis, carried out during community meetings, with prior consent via an Informed Consent Term and Authorization Term for Testimony and Image Use. The survey included residents from the communities of Boa Esperança, Camará, Guarajubal, Livramento and Sossego (a neighborhood located in the district of Marudanópolis), and with the main members of the unit management, representative of the managing body (ICMBio) of the Reserve (AUREMLUC). The data informed by the participants of the communities were used for their socioeconomic characterization and ethnopharmaceutical profile definition. Seventy-four percent of the participants are female, ranging in age from 18 to 92 years. The mean age of women is 42.6 years and for men 65.4 years. The main income source varies according to the community, and 69% of the respondents receive government aid *Bolsa Família*. Regarding the use of medicinal plants, the interviewees cited 69 different species, distributed in, at least, 32 botanical families. The use allegation is very wide and the usage form is diverse, including teas, bath and *garrafadas*. Most interviewees have learned to use medicinal plants with their mothers or grandparents and do not see this as a source of income for the family. Due to the anthropogenic deforestation and mismanagement of resources, several species are becoming scarce or very dispersed. In order to minimize the identified problems, a report was prepared on the main medicinal plants found in the area and also a proposal to restore the medicinal flora in RESEX communities. This document was sent to the managing office, ICMBio.

Key words: Phytotherapy, Ethnopharmacy, Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Número de famílias por comunidade apresentado no estudo socioambiental	48
Figura 02 – Lista de Polos e comunidades apresentadas em uma reunião.....	51
Figura 03 – Vista do Rio Marapanim a partir do trapiche municipal.....	54
Figura 04 – Praia do Crispim.....	55
Figura 05 – Praia de Marudá	55
Figura 06 – Capa do LP do Grupo de Carimbó Canarinho de Marapanim, 1974.	57
Figura 07 – Representação que homenageia Mestre Lucindo na entrada da sede municipal.....	57
Figura 08 – Reunião realizada na comunidade de Boa Esperança.....	66
Figura 09 – Entrevista realizada com uma moradora da comunidade de Camará.....	67
Figura 10 – Registros fotográficos da praia do “ <i>Me Lembe</i> ”.....	74
Figura 11 – Reunião comunitária no Grupo Erva Vida.....	75
Figura 12 – Pirarucu (<i>Kalanchoe pinnata</i>) encontrado no quintal de uma das casas da vila de Guarajubal.....	83
Figura 13 – Fruto Pimenta-de-macaco em Boa Esperança.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual de participantes por comunidade.....	68
Gráfico 02 – Divisão dos participantes por gênero	69
Gráfico 03 – Número de participantes por gênero em cada comunidade.....	70
Gráfico 04 – Relação Proporcional dos participantes com base no gênero e na faixa etária	71
Gráfico 05 – Escolaridade dos entrevistados	72
Gráfico 06 – Quantidade de Famílias que recebem Bolsa Família	76
Gráfico 07 – Quantidade de famílias por comunidade que declararam receber Bolsa Família	77
Gráfico 08 – Número de Plantas citadas em cada família	78
Gráfico 09 – Frequência de citação das plantas nas comunidades pesquisadas	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Unidades de Conservação da Microrregião do Salgado.....	31
Mapa 02 – Comunidades visitadas durante o desenvolvimento da pesquisa.	32
Mapa 03 – Localização da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo.	46
Mapa 04 – Localização do Município	52

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 – Conceito e autores utilizados	27
Quadro 2 – Categorias de Unidades de Conservação do Brasil	41
Quadro 3 – Relação Polos x Comunidades da RESEX Mestre Lucindo	50
Quadro 4 – Etnoespécies citadas com finalidade medicinal na pesquisa	78
Quadro 5 – Espécies citadas em todas as comunidades	86
Quadro 6 – Espécies citadas em quatro comunidades	87
Quadro 7 – Espécies citadas em três ou duas comunidades	88
Tabela 1 – Local de nascimento dos participantes da pesquisa por comunidade	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AUREMLUC – Associação de Usuário da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAEF – Laboratório de Etnofarmácia

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente

OMS- Organização Mundial de Saúde

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PNPIC – Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS

PNPMF – Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

PPPM – Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais

RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

RENISUS – Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do SUS

RESEX – Reserva Extrativista

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. JUSTIFICATIVA	19
1.2. OBJETIVO GERAL	21
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
2. REVISÃO DA LITERATURA	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1. TIPO DE MÉTODO	29
3.2. LOCAL	30
3.3. COMUNIDADES PESQUISADAS	32
3.4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	34
4. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS	37
4.1. HISTÓRICO	37
4.2. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS	42
4.3. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO	45
4.3.1. Histórico de Criação	46
4.3.2. Divisão do Território	49
5. MARAPANIM – HISTÓRICO E CULTURA	52
5.1. HISTÓRICO	53
5.2. CULTURA	55
5.3. MESTRE LUCINDO	56
6. PLANTAS MEDICINAIS	58
6.1. HISTÓRICO	58
6.2. HISTÓRICO DE USO NO BRASIL	59
6.3. FITOTERAPIA E ETNOFARMÁCIA	60
6.3.1. Legislação e Políticas Públicas	62
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
7.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DOS PARTICIPANTES....	67
7.2. PERFIL ETNOFARMACÊUTICO	77
7.2.1. Saberes, usos e ensinamentos sobre plantas medicinais	85
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A	104

APÉNDICE B	105
APÉNDICE C	106

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito ao uso de plantas medicinais por usuários de uma Reserva Extrativista Marinha, localizada no nordeste paraense. Por ser uma RESEX Marinha, o extrativismo se concentra nos recursos pesqueiros, e devido à variação de disponibilidade desses recursos ao longo do ano, é necessário buscar opções que possam proporcionar renda ou diminuir as despesas desses comunitários.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000, e divide as Unidades de Conservação (UC) em 12 categorias, dentre elas encontramos a Reserva Extrativista (RESEX). A RESEX encontra-se no grupo das Unidades de Uso Sustentável, o qual possui como objetivo básico promover a conservação da natureza com a utilização sustentável dos recursos naturais. Essa categoria é definida pelo artigo 18 do SNUC.

Segundo a plataforma de consulta disponível no site do Ministério do Meio Ambiente, acessada em dezembro de 2017, o Brasil possui 90 unidades de conservação da categoria de manejo Reserva Extrativista, localizadas em todas as regiões do país, com predominância na região amazônica. Em 1992, foi criada a primeira RESEX não localizada em território amazônico, a qual possui como principal fonte de extrativismo os recursos pesqueiros, a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, localizada no estado de Santa Catarina, é a única localizada na região sul.

Reserva Extrativista Marinha é considerada uma subcategoria de Reserva Extrativista que segue os mesmos critérios de criação, utilização e gestão. Entretanto, difere das demais quanto a sua principal fonte de extrativismo, os recursos pesqueiros.

Para diminuir a dependência de certos recursos e ajudar a variar as fontes de renda dessas populações, é necessário diversificar as atividades a serem inseridas no Plano de Manejo da UC, buscando gerar novas perspectivas para as populações que vivem nessas áreas. Dentre as atividades que podem ser inseridas no Plano de Manejo, se considerar o uso medicinal da flora.

Essa forma de utilização da flora é bastante comum no nosso país em

termos históricos e geográficos. Segundo Monteiro (2012) existem registros de utilização florística local desde os tempos do Brasil Colônia, e atualmente, os trabalhos publicados sobre a Amazônia Paraense têm buscado identificar, sistematizar e proporcionar o uso seguro e a qualidade das plantas medicinais voltadas para o comércio.

Para Barbosa (2011), as plantas medicinais podem ser consideradas um recurso terapêutico utilizado para promover a atenção básica à saúde, sendo a etnofarmácia definida como “o conjunto de materiais e práticas utilizadas para a manutenção e recuperação da saúde, dentro de um contexto cultural característico de uma região”.

Em relação ao público que mais utiliza as plantas medicinais, Pinto e Barbosa (2011) relatam que a população mais pobre no Estado Pará, é a que possui maior dificuldade de acesso a medicamentos ou está excluída do sistema oficial de saúde, por isso é quem mais utiliza plantas medicinais e remédios caseiros como recurso terapêutico. Possivelmente, grande parte das populações, que utilizam as reservas extrativistas brasileira, está inserida nesse contexto, pois vive distante dos grandes centros urbanos, dificultando o seu acesso ao sistema oficial de saúde.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados como documentos norteadores o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos (PNPMF), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS (PNPIC) e diversos trabalhos produzidos no Laboratório de Etnofarmácia, do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará (LAEF/NUMA/UFGPA), assim como as referências indicadas nas disciplinas do curso.

1.1. JUSTIFICATIVA

As unidades de conservação possuem papel fundamental na proteção dos Recursos Naturais. As Reservas Extrativistas Marinhas são de extrema importância para proteção dos ecossistemas costeiros, pois manguezais atuam como barreira natural da costa, servindo de berçário, abrigo e fonte de alimento

para diversas espécies; e das populações que ali residem ou retiram o seu alimento/sustento.

As Reservas Extrativistas Marinhas, de uma forma geral, possuem como base do extrativismo a captura artesanal de peixes e mariscos, complementada pela agricultura de subsistência. Todavia, não se pode limitar a essas as atividades desenvolvidas nessas áreas, pois é perceptível que a disponibilidade dos recursos pesqueiros vem se reduzindo nos últimos anos, e dessa forma, o aproveitamento de outras fontes de recursos naturais para essas populações pode ser benéfico, quiçá determinante para a sobrevivência delas.

Dentre as diferentes possíveis formas de diversificação da atividade extrativista na RESEX Mestre Lucindo se pode citar o turismo, o qual é bastante praticado nas praias do município de Marapanim; a cultura, por conta de a cidade ser considerada um dos berços do Carimbó¹, segundo especialistas em cultura paraense, e várias comunidades da RESEX possuem grupos que praticam essa manifestação cultural; assim como se pode usar a flora medicinal local como outra forma de gerar ocupação e renda a partir da utilização de recursos naturais vegetais.

Diversos estudos vêm demonstrando o declínio da atividade pesqueira na costa brasileira e a necessidade de se buscar outras formas para complementar a renda familiar. Essa observação foi feita por Monteiro (2011), no distrito de Marudanópolis, Marapanim-PA. Nesse local as mulheres de pescadores e pescadoras, com a ajuda de visitantes, buscaram complementar a renda familiar e criar um espaço de discussão dos problemas locais, o que originou o Espaço Erva Vida, local onde as mulheres comercializam remédios artesanais preparados a partir de plantas medicinais e outros itens artesanais por elas produzidos. Essa Associação de Mulheres possui mais de 15 anos de atividade, sede própria e vários prêmios conquistados.

O grupo Erva Vida já vem propiciando base para diferentes projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Etnofarmácia, inserido no Núcleo de Meio

¹ Para Fuscaldo (2014), o termo carimbó, atualmente, caracteriza além do tambor que possui o mesmo nome, a dança, a poesia, o canto e os outros elementos que formam essa manifestação artística cultural.

Ambiente, da Universidade Federal do Pará, como as dissertações desenvolvidas por Monteiro (2011), que estudou o papel das plantas medicinais na questão de gênero dentre as mulheres pescadoras-erveiras do Espaço Erva Vida; Silva (2013) que estudou o Desenvolvimento Local sustentável a partir de uma experiência de planejamento estratégico no Grupo de Mulheres Erva Vida; e Bastos (2016) que trabalhou o turismo de saúde no bairro em que o grupo se encontra.

Aliado a isso, estudos etnobotânicos desenvolvidos em outras Unidades de Conservação têm demonstrado a relevante utilização plantas locais como recurso terapêutico, como o trabalho desenvolvido por Fonseca-Kruel e Peixoto, em 2003 na RESEX Marinha de Arraial do Cabo – RJ; o trabalho realizado por Carneiro et al, em 2010 na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu – PA; o trabalho desenvolvido por Monteiro, no âmbito do PPGEDAM, em 2012 na APA Algodual-Maiandeuá – Pa; Rocha (2014) realizou o levantamento etnobotânico de plantas utilizadas em comunidades da RESEX Marinha de Soure.

É necessário também, relatar que a RESEX Mestre Lucindo, durante a realização deste trabalho, se desenvolve o processo de formação do seu Conselho Deliberativo, momento de suma importância para a gestão da Unidade e que precisa ser estudado e melhor compreendido. No decorrer das visitas a campo, de novembro de 2016 a janeiro de 2018, foi possível acompanhar a definição da composição do Conselho Deliberativo, cuja publicação oficial, até a redação deste trabalho, ainda não aconteceu.

1.2. OBJETIVO GERAL

Levantar e analisar a Fitoterapia Popular praticada em comunidades da RESEX Marinha Mestre Lucindo, a fim de potencializar a atividade extrativista na reserva através da sua diversificação, com base no saber local acerca do uso medicinal da flora.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o processo histórico de criação e atual estado da gestão da RESEX Marinha Mestre Lucindo;
- Obter o perfil etnofarmacêutico da reserva, através do levantamento das principais plantas medicinais encontradas no local e sua forma de

utilização; e

- Elaborar uma relação com as principais espécies vegetais de uso medicinal conhecidas na área, para ser incluídas no Plano de Manejo da Reserva, considerando produtos etnofarmacêuticos derivados delas, como forma de diversificação da atividade extrativista local.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo serão discutidos os principais conceitos aplicados no presente trabalho, comparando e citando diversos autores ou instrumentos regulatórios que possam contribuir para definir o tema em questão.

A Categoria de UC Reserva Extrativista surgiu no Brasil a partir de problemas relacionados à questão fundiária, por isso é considerada como uma forma de reconhecer a posse da terra de quem dela tira o seu sustento há anos (ALMEIDA, 2014). A primeira definição de RESEX está contida no Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, que caracteriza essas áreas como espaços territoriais onde as populações tradicionais podem explorar de forma sustentável, os recursos naturais renováveis.

Ainda segundo Almeida (2014), o critério básico nesse período para criação de uma RESEX era a dependência existente entre as populações tradicionais e a coleta de produtos da floresta em uma área, para a sua sobrevivência. Entretanto, essa dependência de produtos da floresta acabou sendo substituída pelo extrativismo de recursos naturais de uma forma geral, haja vista que em 1992 a primeira RESEX Marinha foi criada, onde a fonte principal do extrativista são os recursos naturais pesqueiros.

A categoria de RESEX foi consolidada a partir de sua inserção no SNUC, o qual enfatiza que são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, e possuem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As RESEX Marinhas são importantes por auxiliarem na gestão dos recursos do meio marinho/costeiro, tais recursos precisam de um manejo adequado, pois, são a fonte primária de sustento de diversas famílias. Entretanto, as dúvidas existem na legislação brasileira nos itens referentes a esses recursos dificultam esses processos. (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013)

Os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil podem ser caracterizados pelo Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que em seu artigo 3º os define como:

... grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Diegues (2001) explica que existem diferentes termos e que nem sempre são utilizados corretamente, como *populações tradicionais*, *sociedades tradicionais*, *culturas tradicionais*, *comunidades tradicionais*, sendo necessário analisar adequadamente seus significados. Pereira e Diegues (2010) citam o termo População Tradicional como o mais utilizado e o mais abrangente, desta forma, esse será o utilizado neste trabalho.

Arruda (2000) classifica como tradicionais as populações que apresentam forma de ocupação e uso dos Recursos Naturais baseadas na subsistência e mão de obra basicamente familiar; tecnologias de baixo impacto, transmitidas pelos mais antigos; em geral, ocupam o território há muito tempo, entretanto sem registro de propriedade privada; e áreas destinadas ao uso comum pelos moradores da comunidade, com o uso regulado por costumes e normas internas.

No contexto amazônico, Silva e Simonian (2015), indicam que o conceito de população tradicional está totalmente ligado ao modo de vida dos grupos humanos com a sustentabilidade ambiental de suas práticas socioeconômicas.

Além desses conceitos, é necessário caracterizar os recursos naturais, elementos básicos para a existência das reservas extrativistas. De maneira simplificada, é definido pelo IBGE (2004) como todas as matérias-primas, tanto aquelas renováveis quanto as não-renováveis, obtidas diretamente da natureza e aproveitáveis pelo homem.

Em uma análise mais complexa, Venturi (2006) define recurso natural como:

... qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado pelo Homem, direta ou indiretamente, como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais em determinado tempo e espaço.

No contexto das Reservas extrativistas Marinhas, os recursos naturais utilizados no extrativismo são diretamente ligados ao ambiente pesqueiro, como pesca artesanal, de curral, mariscagem, entre outras, aliadas a agricultura de subsistência.

Por essa relação direta com o meio, as populações tradicionais que vivem nas reservas extrativistas adquirem formas particulares de se relacionar com esses recursos. Para Diegues (2001), as relações homem e natureza possuem três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar a relação dos homens entre si e com o meio.

Para legitimar esse conhecimento, surgiu o conceito de etnociências, o qual é para Diegues (2001), o agrupamento de ramos da ciência que possui como foco as populações tradicionais. Esse é um dos enfoques que mais contribuiu para se compreender o conhecimento das populações humanas sobre os recursos naturais. O ramo da etnociência que mais possui trabalhos publicados é a etnobotânica, a qual busca compreender os conhecimentos das sociedades humanas acerca da utilização da flora.

Ainda de acordo com Diegues (2001), os estudos sobre o conhecimento tradicional surgiram no Brasil na década de 1950, mas somente após a década de 1970 que o número de trabalhos aumentou consideravelmente, mesmo com suas inúmeras subdivisões.

Para discutir a utilização terapêutica da flora na perspectiva da preparação e utilização remédios, Barbosa (2011) propõe a etnofarmácia que define “como o conjunto de materiais e práticas utilizadas para a manutenção e recuperação da saúde, dentro de um contexto cultural característico de uma região”. Para Monteiro (2011), a etnofarmácia consegue contemplar diferentes etapas processuais, as quais vão desde a coleta do material vegetal que será utilizado (folhas, raízes, frutos ou casca), passando pelo preparo do remédio e seu uso, sem esquecer de considerar as posturas observadas pelos atores humanos que estão interagindo.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi instituída em 2006, através de Decreto Presidencial nº 5.813, e possui como objetivos básicos garantir o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, aliada à

promoção do uso sustentável da biodiversidade. Essa Política utiliza o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) para plantas medicinais, que indica que as espécies vegetais, cultivadas ou não, utilizadas com finalidade terapêutica são consideradas plantas medicinais. O mesmo instrumento define fitoterapia como a terapêutica que utiliza plantas medicinais em diferentes formas de preparação, sem a utilização de substâncias isoladas.

Utilizar os recursos naturais de maneira sustentável, como pressupõe o SNUC e a PNPMF, pode se mostrar um caminho viável na direção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Cavalcanti (2012) o desenvolvimento sustentável acontece através de um processo socioeconômico em que se precisa diminuir o uso de matéria e energia, minimizar os impactos ambientais, aumentar o bem-estar social, atingindo uma situação de eficiência máxima no uso dos recursos.

Para Sachs (2004), esse tipo de desenvolvimento deve ser voltado para a elaboração de estratégias que promovam o seguinte tripé: sustentabilidade ambiental, eficiência econômica e inclusão social, para suprir as necessidades das gerações atuais e garantir as demandas das gerações futuras. Esses autores demonstram que o desenvolvimento sustentável abriga diversos requisitos para que seja alcançado.

A exploração de recursos naturais se mostra uma estratégia interessante direcionada ao desenvolvimento, aproveitando as potencialidades locais, mas sem deixar de priorizar a conservação deles. Buarque (2008), define o desenvolvimento local como um processo de mudanças endógenas, que leva ao dinamismo econômico e melhora a qualidade de vida das populações que vivem nesses territórios.

O desenvolvimento local sustentável está pautado em três pontos: gestão pública eficiente, eficiência econômica e qualidade de vida. A gestão pública eficiente está ligada à eficiência econômica através do processo de governança, a eficiência econômica leva à qualidade de vida através da distribuição justa de ativos sociais, e a qualidade de vida, através da organização da sociedade, gera uma gestão pública eficiente. (BUARQUE, 2008. p.28)

Para compreender o saber que as populações têm sobre e associado

ao meio ambiente, foi necessário investigar o conceito de Saber Ambiental, para tanto foram utilizadas diversas obras de Enrique Leff, especialista de renome internacional em Economia do Desenvolvimento, segundo o qual o saber ambiental propõe a interdisciplinaridade que ocorre através da integração dos processos sociais e naturais em diferentes esferas. Essa interdisciplinaridade vai resultar em uma visão holística da área ambiental, sendo alcançada através de uma visão integradora dos processos socioambientais (LEFF, 2007).

Esses saberes são, muitas vezes, desvalorizados pelo meio dito científico, o qual estabelece unicamente a racionalidade. Para compreender o Saber Ambiental é necessário perceber que ele depende de um contexto ecológico e sociocultural no qual está inserido e é aplicado.

Leff (2012) define o saber ambiental como: “um saber enraizado na organização ecossistêmica da natureza, mas que está sempre incorporado à subjetividade e à ordem da cultura”. Em outra obra, Leff (2007) indica que o saber ambiental “reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e seus saberes tradicionais como parte de suas formas culturais de apropriação dos recursos naturais”.

É nesse sentido que este trabalho foi desenvolvido, buscando compreender como a comunidade se relaciona com as plantas medicinais considerando a cultura local.

Com a finalidade de organizar os termos conceituados neste capítulo, foi elaborado o quadro 1, o qual relaciona cada termo com a fonte correspondente.

Quadro 1: Conceito e autores utilizados

Conceito	Autores
Reserva Extrativista	SNUC (2000) Decreto 98.897/90 Almeida (2014) Santos e Schiaventi (2013)

Continua...

População Tradicional	Decreto 6.040 (2007) Arruda (2000) Diegues (2000) Pereira e Diegues (2010) Silva e Simonian (2015)
Recurso Natural	IBGE (2004) Venturi (2006)
Etnociências	Diegues (2000)
Etnofarmácia	Barbosa (2011) Monteiro (2011)
Desenvolvimento Sustentável	Cavalcanti (2012) Sachs (2004) Buarque (2008)
Plantas Medicinais	Decreto 5.813/2006
Saber Ambiental	Leff (2007) Leff (2012)

Fonte: autora.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. TIPO DE MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido usando metodologias qualitativa e quantitativa, onde o método qualitativo busca analisar e interpretar o comportamento humano, usando como estudo detalhado de hábitos e atitudes, enquanto no método quantitativo são analisados dados quantificáveis, desde a coleta de informações até o tratamento delas, através tratamento dos dados estatísticos (MARCONI e LAKATOS, 2011).

De acordo com Chizzotti (2008), a pesquisa qualitativa teve início nas ciências humanas e sociais, quando os pesquisadores observaram que os fenômenos humanos são singulares, complexos e imprevisíveis sendo assim necessário estudá-los de forma qualitativa, já que uma análise quantitativa requer classificação, mensuração e análise de dados.

O presente trabalho foi desenvolvido na forma de um estudo de caso, que possui como lócus a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, e o levantamento etnofarmacêutico para investigar a relação das populações com o uso medicinal da flora local.

Para Chizzotti (2008), o estudo de caso é uma forma de coletar e registrar dados de um caso particular, tendo como finalidade tomar decisões ou propor uma ação transformadora para o caso. Precisa também se tratar de uma unidade significativa do todo, servindo como referência de complexas situações socioculturais de determinado fato, assim como revela a multiplicidade dos aspectos.

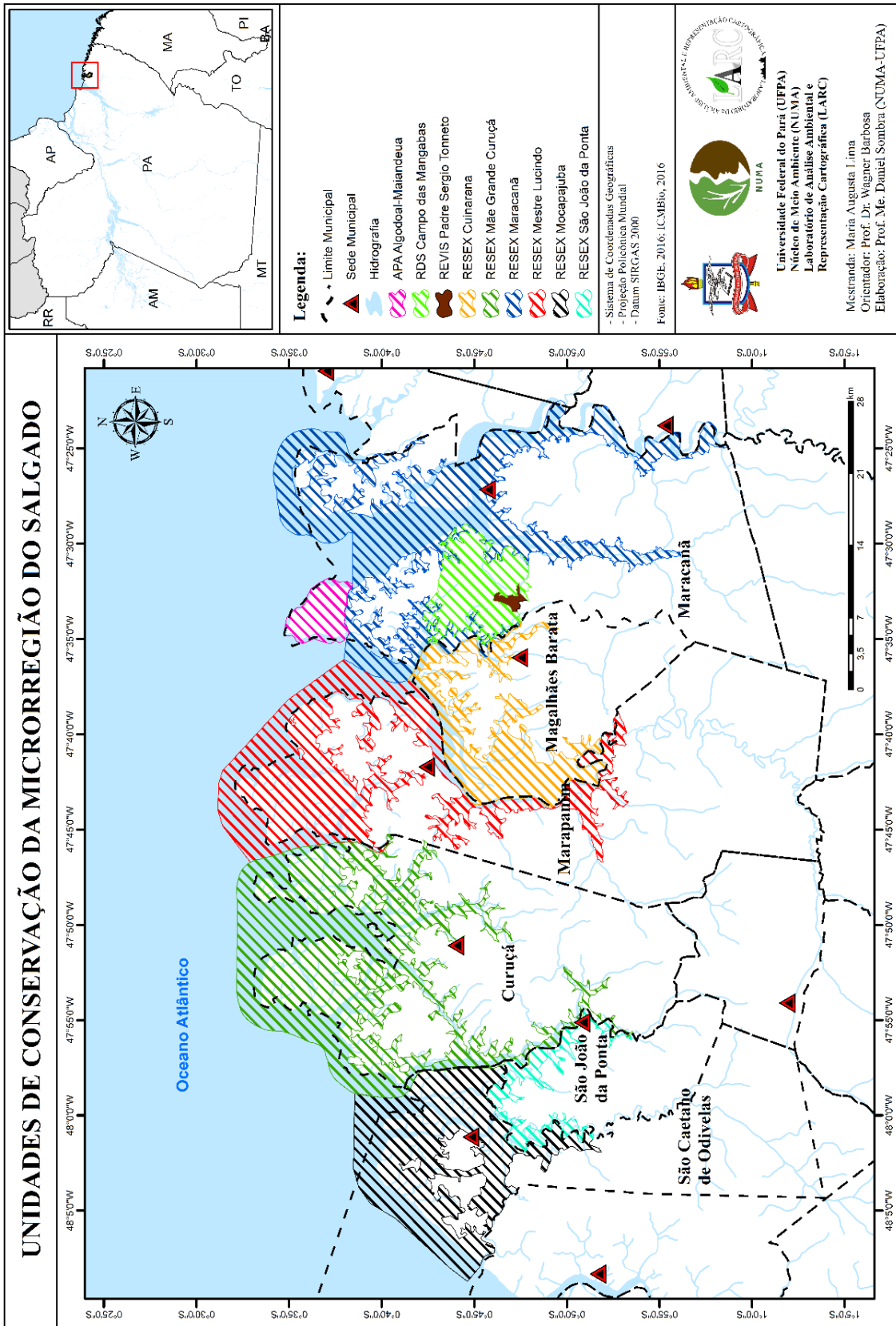
A abordagem etnográfica é definida por Marconi e Lakatos (2011) como uma análise descritiva das sociedades humanas e ocorre através do levantamento da maior quantidade de dados possível com a finalidade de conhecer a cultura de um grupo. Esse método é usado tradicionalmente por antropólogos, sendo baseado na observação e descrição, para que ao final o investigador possa entender o sistema de significados de indivíduos sobre determinado assunto.

3.2. LOCAL

O estudo se desenvolveu na área da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, que possui 26.465 hectares e está localizada no município de Marapanim, nordeste paraense. A sede do município está localizada a aproximadamente 162 km da capital do estado, Belém. De acordo com o censo demográfico de 2010, Marapanim-Pa possui 26.605 habitantes, área territorial de 795,987 km², gerando uma densidade demográfica de 33,42 hab/km² (IBGE, 2016). O município de Marapanim pertence à mesorregião Nordeste Paraense e à microrregião do Salgado.

A Reserva foi criada em outubro de 2014 por um Decreto Presidencial sem número, dessa forma é uma Unidade de Conservação Federal, juntamente com outras duas RESEX Marinhas na região, a Cuinarana, em Magalhães Barata e Mocupajuba, em São Caetano de Odivelas. Na ilustração (Mapa 1) abaixo pode-se identificar a área da reserva, seus limites e seu entorno. A área utiliza como referência o espelho d'água e chega até as comunidades possuem como principal fonte de subsistência os recursos pesqueiros. A região da costa paraense que vai de São Caetano de Odivelas até Maracanã possui 9 Unidades de Conservação, sendo 6 Reservas Extrativistas Federais, as outras são de diferentes categorias e sob jurisdição do estado do Pará. As áreas das unidades de conservação citadas são complementares, formando uma espécie de brasão que busca proteger o meio ambiente característico da região, o manguezal.

Mapa 1 - Unidades de Conservação da Microrregião do Salgado.

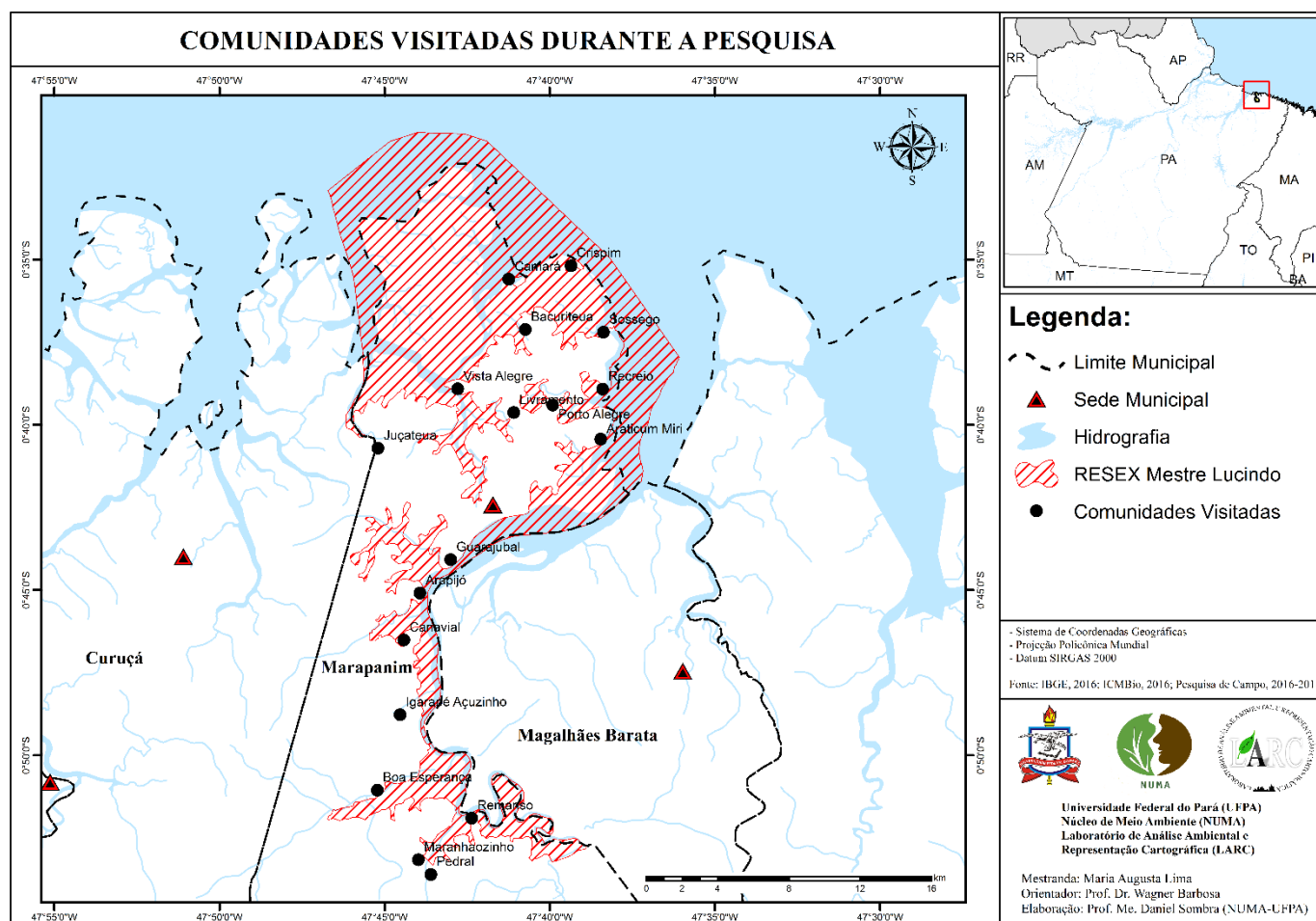


Fonte: IBGE, 2016; ICMBio, 2016; LARC, 2017.

3.3. COMUNIDADES PESQUISADAS

Durante as visitas de campo foi possível acompanhar a Equipe do ICMBio responsável pelo processo de criação do Conselho Deliberativo e Chefia da Unidade. Durante essas viagens foram visitadas 18 comunidades diferentes. Através das observações e anotações de campo foi possível compreender como estava acontecendo a gestão da unidade. As comunidades visitadas em parceria com a equipe do órgão gestor foram organizadas na ilustração a seguir (Mapa 2), que também mostra a área do município e a demarcação da área da unidade de conservação. Pelo menos uma comunidade de cada polo foi visitada, possibilitando fazer um diagnóstico da Unidade de Conservação.

Mapa 2 – Comunidades visitadas durante o desenvolvimento da pesquisa



Fonte: IBGE, 2016; ICMBio, 2016; LARC, 2017; PESQUISA DE CAMPO, 2017.

Para a caracterização etnofarmacêutica, foram selecionadas cinco comunidades de polos diferentes localizadas próximo a sede municipal. Dessa

forma, a pesquisa foi realizada com moradores das comunidades de Camará, Boa Esperança, Guarajubal, Livramento e Sossego.

A Comunidade de Boa Esperança faz parte do Polo 7, é a comunidade mais distante da sede municipal, seu acesso ocorre através de 11 km de estrada não pavimentada com entrada cerca de 20 km antes de chegar no centro de Marapanim, durante o período chuvoso o acesso fica comprometido. Nessa comunidade a reunião ocorreu em uma casa de farinha, localizada na rua principal da comunidade.

A comunidade de Camará faz parte do Polo 2 e é a única com área totalmente dentro dos limites da RESEX. Fica localizada a cerca de 17km da sede municipal e é acessível por estrada pavimentada. A comunidade tem a pesca como principal atividade produtiva, possui Posto de Saúde da Família com presença periódica de médico.

Guarajubal é a comunidade localizada mais próximo da sede municipal e é conhecida como principal local de comercialização de caranguejo-uça, tanto *in natura*, quanto beneficiado. O acesso ocorre através 3km de estrada não pavimentada localizada na entrada de Marapanim.

Livramento foi a quarta comunidade a participar da pesquisa e encontra-se localizada 5km distante da sede do município, às margens da PA-136 que liga Marapanim ao distrito de Marudanópolis, todos os serviços da comunidade são realizados na sede do município e muitos moradores adquirem a sua renda através de venda de produtos, especialmente as frutas da safra.

A última comunidade a participar foi a do Sossego, que na verdade trata-se de um bairro localizado no distrito de Marudanópolis, a 12 km da sede. Neste bairro existe um grupo de mulheres pescadoras que há mais de 15 anos vem complementando a sua renda com a produção e comercialização de remédios fitoterápicos artesanais.

Em todas as comunidades alvo foi veiculado convite para participação na pesquisa e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A), juntamente com o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento (APÊNDICE B).

3.4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para compreender a atual situação da gestão da Reserva e o histórico de sua criação, foram realizadas entrevistas com a servidora do ICMBio, chefe da Unidade de Conservação, e representantes da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo – AUREMLUC, pois as duas entidades estão à frente da gestão da unidade.

A coleta de dados junto aos gestores foi realizada utilizando entrevista do tipo semiestruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a entrevista é uma forma básica de coletar dados, onde o entrevistador e o entrevistado dialogam, e possui como finalidade obter informações acerca de determinado assunto.

A entrevista semiestruturada determina que o entrevistador tenha liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção, desde que tenha a ver com o tema da entrevista. Para isso, foi elaborado um roteiro de tópicos prévios e a entrevista foi gravada em áudio com transcrição posterior visando facilitar a análise dos dados obtidos.

Durante todas as visitas a campo foram realizadas observações e anotações a fim de se compreender e armazenar as informações pertinentes encontradas em momentos informais da pesquisa. As visitas a campo ocorreram de outubro de 2016 até janeiro de 2018, sendo que as entrevistas e reuniões comunitárias foram realizadas no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, após o cadastramento da pesquisa junto ao SISBIO (sistema vinculado ao ICMBio que autoriza a realização de pesquisas em unidades de conservação federais) e a respectiva autorização.

A coleta de dados com os moradores de quatro comunidades foi realizada em reuniões comunitárias através da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP. De acordo com Souza (2009), essa metodologia permite maior rapidez na captação de dados, a participação dos envolvidos ativamente no processo e diferentes formas de aplicação dessa metodologia. Essa metodologia é muito utilizada no meio rural por buscar compreender melhor a realidade do meio.

A partir do processo de mobilização dos envolvidos, a participação foi aberta a todos os interessados e permitiu a reflexão sobre a situação atual,

produziu conhecimento coletivamente e permitiu que decisões pudessem ser tomadas em grupo.

A metodologia de DRP foi aplicada através de rodas de conversa, com explanação prévia sobre o assunto, a pesquisa e conceitos referentes à RESEX. Questões norteadoras foram citadas no decorrer das conversas, como: Quais plantas você usa como medicamento? De que forma? Qual parte da planta é utilizada? Quem ensinou para você isso? Você utiliza medicamentos comprados em farmácias? Buscou-se com essa metodologia complementar as informações que seriam repassadas individualmente e, tornar o processo mais dinâmico.

Camará foi a única comunidade em que os dados foram coletados de forma diferente, pois 3 reuniões comunitárias foram marcadas e em nenhuma delas houve participação dos moradores. O convite para as reuniões foi divulgado na rádio comunitária local e lideranças comunitárias da comunidade foram avisadas sobre reunião para que auxiliassem na divulgação.

Pelo fato de Camará ser a única comunidade totalmente localizada dentro dos limites da RESEX, era importante a sua participação na pesquisa. Por isso foram realizadas entrevistas em domicílio, de forma aleatória. Todos os moradores aceitaram participar, uma representante dos moradores locais, ajudou na apresentação da pesquisa e no primeiro contato com os moradores. Foram realizadas 12 entrevistas, nessa comunidade.

Na comunidade acima citada, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, com gravação em áudio para posterior transcrição e análise, ao final, os participantes também responderam o questionário de caracterização socioeconômica. As perguntas norteadoras da pesquisa eram: Você utiliza alguma planta com a finalidade medicinal? Qual? Com quem você aprendeu? Você ensina esse medicamento para alguém? Entre outras.

Após a transcrição das reuniões comunitárias e entrevistas, foi realizada a análise do discurso. De acordo com Gondim e Fisher (2009), a metodologia análise do discurso busca analisar a fala, observando o contexto em que o participante está inserido e, dessa forma, permite compreender como

as pessoas agem e pensam no mundo concreto, misturando a história pessoal com a história social.

Diversos autores determinam que o ponto de partida da análise do discurso são fragmentos de textos dotados de sentido. Nossa análise partiu desse ponto, retirando fragmentos importantes ditos durante as entrevistas e reuniões, para análise do que está sendo falado.

Para facilitar a análise, foi elaborado uma tabela com as plantas citadas por comunidade e a finalidade de uso. Para isso utilizou-se as transcrições das reuniões nas comunidades e as entrevistas realizadas com os moradores do Camará.

Ao final da aplicação do DRP e realização das entrevistas, foi entregue um questionário (APENDICE C) contendo 12 perguntas para caracterização dos participantes. As perguntas objetivavam conhecer gênero, idade, escolaridade, fonte de renda, naturalidade, entre outras informações socioeconômicas relevantes para definir o perfil dos entrevistados.

4. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

4.1. HISTÓRICO

O primeiro movimento relacionado à conservação da natureza no mundo ocorreu nos Estados Unidos com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, o qual apresentava um modelo preservacionista de conservação da natureza. Ainda no século XIX outros países criaram parques nacionais com o mesmo propósito. No Brasil existem divergências quanto a primeira área protegida criada, alguns autores indicam que foi o Parque Nacional de Itatiaia, por ter sido formalmente criado em 1937. Entretanto, outros estudos indicam que o parque nacional mais antigo do Brasil é o de Foz do Iguaçu, pois foi criado pela província do Paraná em 1916 mas federalizado somente em 1939.

Milano (2012) definiu áreas protegidas como espaços onde o uso humano é legalmente limitado ou protegido, em diferentes níveis e propósitos. Áreas protegidas podem ser topos de morros, margens de rios, territórios indígenas, unidades de conservação, entre outros. As unidades de conservação são tipos específicos de áreas protegidas por necessitarem de um ato legal específico de criação, o qual deve conter os objetivos de criação e uso, assim como os limites da unidade.

Os Códigos Florestais de 1934 e 1965 já citavam as categorias de unidades de conservação existentes na época, como Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva Biológica (ALLEGRETTI, 2012). Todavia, ocorreram mudanças no decorrer dos anos e a estrutura das unidades de conservação do Brasil foi se modificando, até que na segunda metade da década de 1980, grupos sociais propuseram a criação de uma categoria de unidade de conservação que permitisse a inclusão de pessoas nesses espaços.

Essa inclusão social buscava tornar o cidadão, chamado “povo da floresta”, protagonista da ação de preservar a natureza. Após algumas modificações, essa proposta foi absorvida pelo poder público, mais tarde gerando a nova categoria, chamada Reserva Extrativista.

As Reservas Extrativistas são resultado das lutas populares que aconteceram na Amazônia durante a segunda metade do século XX. Essas lutas populares surgiram a partir da década de 1970, com a organização sindical dos

seringueiros iniciada no estado do Acre, sob a liderança de Chico Mendes. O tema central da luta dessa categoria era defender os direitos dos extrativistas da Amazônia. É necessário ressaltar que esse direito não estava limitado ao sentido material da terra, mas atrelando a ele a questão cultural, pois é através dos códigos culturais que a sociedade reconstrói a natureza a todo momento (CARDOSO, 2014; IRVING, 2012).

A ideologia sobre a preservação da natureza no Brasil na década de 1970 ainda estava pautada na visão preservacionista “pura”, onde era inconcebível a existência de unidades de conservação com seres humanos compartilhando esses espaços. Na visão das diversas organizações que faziam a defesa dessa ideologia, as quais eram formadas principalmente por profissionais das ciências naturais, a unidade de conservação deveria proteger somente a diversidade biológica, deixando de lado a diversidade cultural existente. Nesse período as unidades de conservação eram, em maioria, parques nacionais ou reservas ecológicas.

Em contradição a isso, o cenário político do período estava pautado no Regime Militar, época marcada por intensa degradação ambiental. Objetivando alcançar o chamado “milagre econômico”, o governo buscou atrair indústrias de outros países durante a *Conferência de Estocolmo* mesmo com os grandes prejuízos ao meio ambiente, que essas ações iriam causar. Em pleno regime militar, em 1976, organizações de ecologistas brasileiros escreveram *O Manifesto Ecológico Brasileiro: O fim do futuro*, fazendo diversas críticas à postura ambiental do regime vigente à época (DIEGUES, 2001).

Ainda de acordo com Diegues (2001), na metade da década de 1980, após o fim do regime militar, ganhou força um novo tipo de ambientalismo, fazendo frente à da grande concentração de renda com poucas pessoas e alta degradação ambiental causadas no período anterior, o chamado ecologismo dos movimentos sociais. A Amazônia foi berço de diversos movimentos, de caráter social e ambientalista, para mostrar a necessidade de incorporar nas unidades de conservação os moradores tradicionais, os quais, segundo eles, não eram os responsáveis pelos prejuízos causados ao meio ambiente. Um desses movimentos mais importantes foi Conselho Nacional dos Seringueiros.

A criação das primeiras Reservas extrativistas está relacionada com a questão fundiária na Amazônia, pois o movimento dos seringueiros do Acre surgiu no momento em que esses posseiros estavam sendo expulsos de suas terras, onde faziam a exploração autônoma dos seringais.

O movimento ganhou maior expressão no cenário brasileiro após o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, realizado no ano de 1985 na Universidade de Brasília. Esse evento teve como um dos resultados a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS – o qual tem como finalidade representar os povos da floresta (SANTOS JUNIOR, 2006).

De acordo com Allegretti (1994), até a publicação do Decreto de criação da primeira Reserva Extrativista, quatro diferentes momentos aconteceram envolvendo os protagonistas desse evento, os seringueiros. Foram eles: Empates e Expulsões (1973-1976); Indenizações e Acordos (1976-1980); Colonização (1980-1985) e Reservas Extrativistas (1985-1890).

Empates foram caracterizados como ações coletivas e espontâneas realizadas pelos seringueiros com a finalidade de evitar o avanço do desmatamento de áreas ou frear a expulsão de populações locais por fazendeiros recém-chegados na área. Os fazendeiros que chegaram nas áreas eram imigrantes vindos da região sul do país, atraídos para os loteamentos de grandes faixas de terra. Após evitarem a entrada dos peões nas áreas, os acampamentos eram desmontados, o que levava a expulsão dos fazendeiros da área. Entretanto, esse ato era perigoso e gerou diversos conflitos (ALLEGRETTI, 1994; CUNHA, 2001).

O momento seguinte foi marcado por indenizações e acordos, que foram alcançados a partir dos conflitos gerados com os empates. Foi a partir desse momento que os seringueiros foram reconhecidos como posseiros, o que lhes deu direito a receber indenizações pelos benefícios realizados nas áreas ocupadas ou entrar em acordo com as partes envolvidas. O terceiro momento da história de criação das reservas extrativistas foi resultado dos acordos que ocorreram com os seringueiros, a colonização possuía como objetivo transformar os seringueiros em produtores agrícolas. Nesse período foram criados diversos assentamentos de seringueiros com agricultores vindos do sul

do Brasil.

O quarto, e último momento, diz respeito à alternativa criada pelos seringueiros para os conflitos vividos por eles. Durante o Encontro Nacional de Seringueiros de 1985, começou a ser elaborada a proposta de criação de áreas que permitissem a permanência desses posseiros nas florestas, respeitando a sua forma de vida tradicional e que trouxesse melhorias para a produção e para a qualidade de vida desses povos. O espaço que iria atender a todas essas necessidades passou a ser chamado de Reserva Extrativista.

Alguns problemas surgiram devido ao fraco embasamento legal causado pela inexistência de legislação para conceituar o espaço, a necessidade de delimitação de um espaço que não coincidia com as moradias dos beneficiários e a forma de gestão a ser usada. Essas questões levaram a dificuldades, adiando a criação das primeiras Reservas Extrativistas. Com o desenvolvimento do projeto em parceria com o INCRA e por buscar assentar pessoas em áreas sem uso, a RE foi denominada como Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, através de Portaria publicada em 30 de julho de 1987, nº 627. No ano de 1989 foram criadas 10 PAEs nos vários estados da Amazônia (ALEGRETTI, 1994).

Com o passar dos anos, o termo RESEX continuou sendo discutido, a primeira definição legal de Reserva Extrativista ocorreu através do Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990 que caracteriza essas áreas como espaços territoriais onde as populações tradicionais podem explorar de forma sustentável, os recursos naturais renováveis. No mesmo período da assinatura do decreto, foram criadas as 4 primeiras Reservas Extrativistas do Brasil, duas localizadas no Acre, RESEX Chico Mendes e RESEX Alto Juruá; uma localizada em Rondônia, a RESEX Rio Ouro Preto, e uma no Amapá, a RESEX do Rio Cajari.

Segundo Almeida (2014), o critério básico nesse período para criação de uma RESEX era a dependência existente entre as populações tradicionais e a coleta de produtos da floresta em sua área, para a sua sobrevivência. Entretanto, essa dependência de produtos da floresta acabou sendo substituída pelo extrativismo de recursos naturais de uma forma geral, com o que em 1992 a primeira RESEX Marinha foi criada, onde a fonte principal do extrativismo são

os recursos naturais pesqueiros.

A categoria de RESEX foi consolidada a partir de sua inserção no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual foi instituído através da Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000, e divide as 12 categorias de Unidades de Conservação (UC) em 2 grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. No quadro abaixo se encontram as categorias de UC, o grupo ao qual está vinculada e o tipo de Conselho Gestor. A gestão pode acontecer através de Conselho Gestor Consultivo ou Conselho Gestor Deliberativo, este último pode deliberar sobre assuntos referentes a Unidade e emitir resoluções.

Quadro 2: Categorias de Unidades de Conservação do Brasil

Grupo	Categoria	Tipo de Conselho Gestor
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica	Conselho Consultivo
	Reserva Biológica	
	Parque Nacional	
	Monumento Natural	
	Refúgio de Vida Silvestre	
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Integral	
	Área de Relevante Interesse Ecológico	
	Floresta Nacional	
	Reserva de Fauna	
	Reserva Particular de Patrimônio Natural	
	Reserva Extrativista	Conselho Deliberativo
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	

Fonte: SNUC (2000)

A RESEX encontra-se no grupo das Unidades de Uso Sustentável, que permite o uso direto dos recursos naturais de maneira sustentável para promover a preservação da natureza. De acordo com o artigo 18 do SNUC, Reservas Extrativistas são definidas como:

... área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Essas unidades são criadas a partir de demanda das populações locais em áreas de domínio público, onde as comunidades tradicionais obtêm concessão de direito de uso por período não inferior a 60 anos. A gestão da RESEX ocorre através de um Conselho Deliberativo, que entre as suas diversas funções deve: deliberar sobre assuntos relacionados a gestão da unidade de conservação e emitir resoluções.

O Conselho deve ser presidido pelo órgão responsável por sua administração, no caso das RESEX federais o órgão responsável é o ICMBio, e possuir como componentes representantes das populações e outros setores da sociedade relacionados à unidade. O número de representantes das populações nunca poderá ser inferior a metade mais 1 (um) do número de componentes total do Conselho, buscando sempre garantir o direito das populações envolvidas. Um dos instrumentos utilizados no processo de Gestão da RESEX é o Plano de Manejo, elaborado especificamente por/e para cada RESEX.

Segundo a plataforma de consulta do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), disponível no site do Ministério do Meio Ambiente, o Brasil possui 90 unidades de conservação da categoria de manejo Reserva Extrativista (florestais e marinhas), localizadas em todas as regiões do território brasileiro. Destas 90 RESEX, 62 são federais e as 28 restantes são estaduais. Não existem Reservas Extrativistas municipais. Na plataforma do CNUC é possível gerar relatórios com diversas informações acerca das unidades de conservação do Brasil, como: categoria, decretos e datas de criação, existência de Conselho Gestor e Plano de Manejo, unidade federativa em que se encontra, entre outras informações.

4.2. RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS

Até o ano de 1992 todas as RESEXs estavam relacionadas a atividades extrativistas na Floresta Amazônica, quando, então foi criada a primeira RESEX não localizada em território amazônico, a Reserva Extrativista

Marinha (REM) Pirajubaé, localizada no estado de Santa Catarina, a qual possui como principal fonte de extrativismo os recursos pesqueiros. Até o ano de 2017 é a única Reserva Extrativista localizada na região Sul do país.

As Reservas Extrativistas Marinhas são consideradas uma subcategoria das Reservas Extrativistas e seguem os mesmos critérios de criação, utilização e gestão. Entretanto, os recursos da floresta não são considerados a fonte primária de extrativismo e dão lugar aos recursos pesqueiros.

As Reservas Extrativistas Marinhas estão localizadas em áreas costeiras, onde o principal ecossistema encontrado é o manguezal. Segundo Bastos (1995) o manguezal é naturalmente rico em recursos alimentares, sendo um criadouro natural e abrigo de diversas espécies de peixes e mariscos em geral.

Estas Reservas, por sua localização em áreas litorâneas, abrigam, além das áreas de floresta de terra firme, áreas marinhas e áreas que ficam entre a terra e o mar, conhecidas como estuário, onde se encontram os manguezais, os quais servem de berçário para muitas espécies. Por isso essas reservas passam a ser também marinhas (FIGUEIREDO, 2010).

O objetivo da criação de uma RESEX é, além de assegurar o uso sustentável dos Recursos Naturais, proteger o meio de vida e a cultura das populações que a utilizam. Essas populações, em sua maioria, podem ser denominadas populações tradicionais por apresentarem forma de ocupação e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com ocupação histórica do território e identidade sociocultural (ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000).

Por apresentar essa identidade sociocultural, as populações que residem nessas áreas possuem uma forma diferente de se relacionar com o meio ambiente, baseados em conhecimentos que são passados através das gerações. De acordo com Chamy (2002), os conhecimentos que essas comunidades possuem, correm risco de se perder por causa das reorganizações espaciais causadas pelo avanço da economia urbana/industrial e do agronegócio.

Entretanto, nas Reservas Extrativistas Marinhas, não se pode restringir somente os recursos pesqueiros como foco da atividade extrativista. Inúmeras outras atividades podem (e devem) ser inseridas nos Planos de Manejo da unidade e gerar novas perspectivas para as populações que vivem nessas áreas. Entre as atividades que podem ser inseridas no Plano de Manejo, se insere o uso da flora.

O Estado do Pará conta com 89 Unidades de Conservação, destas, 23 são da categoria Reserva Extrativista, todas vinculadas à esfera federal do governo. Das 23 RESEX, 12 são da subcategoria Marinha. Esse conjunto de Unidades de Conservação busca garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais em toda a costa litoral paraense. Pois, no nordeste paraense se encontra o maior cinturão contínuo de manguezais do mundo (680 km de costa), que vai do Amapá ao Maranhão, correspondendo a 70% dos manguezais do Brasil (ICMBio, 2015).

As RESEX Marinhas do Pará são: Reserva Extrativista Marinha de Soure (2001), Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso (2002), Reserva Extrativista Maracanã (2002), Reserva Extrativista São João da Ponta (2002), Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (2002), Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba (2005), Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (2005), Reserva Extrativista Marinha de Gurupí-Piriá (2005), Reserva Extrativista Marinha Tracuateua (2005), Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (2014), Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (2014) e Reserva Extrativista Marinha Cuinarana (2014). É possível perceber que 4 das RESEX acima citadas não possuem o termo Marinha vinculada ao seu nome, mas estão localizadas em áreas costeiras (CNUC, 2017).

A primeira RESEX Marinha criada no Pará foi a de Soure, no ano de 2001, com mais de 27 mil hectares. O Conselho Deliberativo já está instalado e conta com 19 cadeiras. Esta reserva está localizada no município de igual nome, no arquipélago do Marajó (ROCHA, 2014).

A partir de então, outros estudos foram desenvolvidos para a criação das outras RESEX nos anos seguintes, outras atualmente estão em processo de criação. Um fator importante observado durante consultas no CNUC é a

ausência de Planos de Manejo na maioria dessas Unidades, até as mais antigas não possuem esse instrumento de gestão. O tempo instalação do Conselho Deliberativo varia em cada unidade.

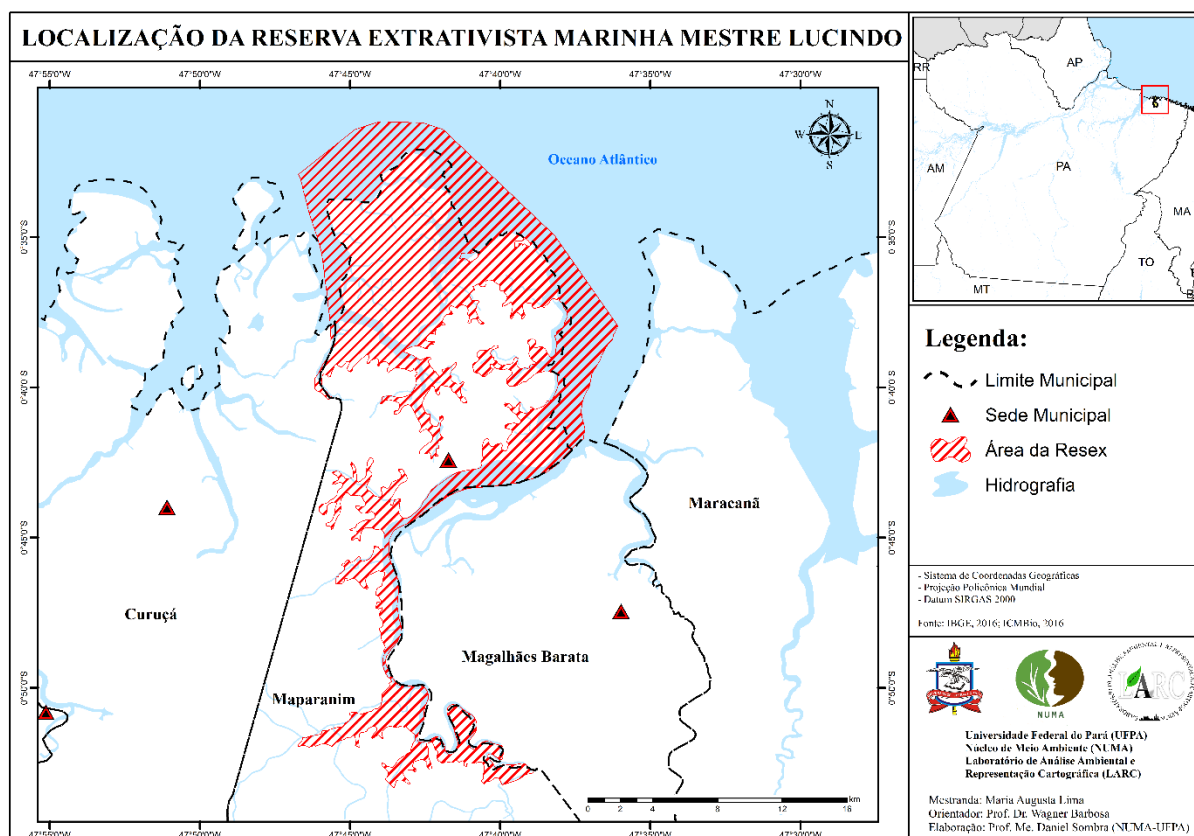
4.3. RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO

A Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo possui 26.465 hectares e está localizada no município de Marapanim, nordeste paraense. A sede do município está localizada a aproximadamente 145 km da capital do estado, Belém.

A Reserva foi criada em outubro de 2014 por um Decreto Presidencial sem número, dessa forma é uma Unidade de Conservação Federal, criada juntamente com outras duas RESEX Marinhas na região, a Cuinarana, em Magalhães Barata e Mocupajuba, em São Caetano de Odivelas. No mapa abaixo (Mapa 3) é possível identificar a área da reserva, seus limites e seu entorno.

O principal ecossistema da área da reserva é o manguezal e está sendo fortemente desmatado devido a ação humana que visa a captura e venda de caranguejos, retirada de madeira para produção de currais e lenha e, pela venda de imóveis impulsionada pelo turismo desordenado praticado na região (BRASIL, 2014).

Mapa 3 - Localização da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo



Fonte: ICMBio, 2017

4.3.1. Histórico de Criação

Poucos trabalhos acadêmicos foram publicados sobre a área pertencente à RESEX Marinha Mestre Lucindo, sendo o Estudo Socioambiental, referente à proposta de criação da mesma, a principal fonte de consulta de dados do processo. O Estudo data de abril de 2014 e foi desenvolvido pelo ICMBio juntamente com instituições parceiras.

A equipe técnica que desenvolveu esse Estudo teve buscado identificar os principais elementos que justificaram a solicitação da criação da RESEX. De acordo com o Estudo, o Comitê local para criação da UC já estava trabalhando no município desde 2005, sob liderança de Luiz Gutemberg, atual presidente da Associação de Usuário da REM Mestre Lucindo – AUREMLUC, de forma voluntária para conseguir as assinaturas e documentos necessário para iniciar o processo. Fatores que incentivaram a solicitação de criação foram os benefícios recebidos pelos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá (BRASIL, 2014).

Antes do Estudo Socioambiental começar a ser desenvolvido, reuniões foram realizadas para alinhar os trabalhos e determinar as funções dos pesquisadores, dos membros do comitê local e de funcionários do ICMBio, assim como montar o cronograma das ações. Outras entidades também participaram do processo, como os Agentes Comunitário de Saúde (ACS) que auxiliaram o levantamento de dados referentes ao número de famílias de cada comunidade. Durante as visitas a campo, oficinas foram realizadas buscando compreender a relação dos moradores com o meio ambiente (BRASIL, 2014).

Um fator que dificulta o desenvolvimento de trabalhos no local, percebido durante o desenvolvimento do presente trabalho, também apresentado por Campos (2017), diz respeito à ausência de uma fonte de pesquisa ou documento contendo as comunidades abrangidas pela RESEX e o número de famílias presentes na área. A área apresentada no Estudo Socioambiental e a trabalhada pela atual gestão, usando como base o mapa do ICMBio, não são coincidentes.

A área apresentada e percorrida no Estudo Socioambiental é inferior a real área atual da REM Mestre Lucindo, na figura 1 se encontra a lista de 18 comunidades, com o número de famílias visitadas durante o estudo, as quais foram divididas em 5 polos: *Polo Vista Alegre, Polo Camará, Polo Marudá, Polo Araticum-Miri e Polo Sede.*

Figura 01 - Número de famílias por comunidade apresentado no estudo socioambiental.

Comunidades	Nº de famílias	Observações
Tamaruteua	67	Comunidade próxima ao oceano Atlântico. Seus moradores vivem exclusivamente da pesca e mariscagem. Ponto de abrigo de barcos de pesca.
Itauaçu	20	Vivem da pesca de camarão. Utilizam os recursos das áreas de campo.
Vista Alegre	420	Vivem da pesca. A comunidade possui fabrica de gelo e trabalham com roçados nas áreas da estrada de acesso.
Crispim	25	São as chamadas famílias "nativas". Há moradores que chegam na comunidade para a temporada de verão. Localizada na praia, vivem de pesca de rabiadeira e do turismo.
Bacuriteua	46	Vivem da pesca na área das praias.
Retiro	29	Vivem da pesca com o uso da rabiadeira.
Camará	180	Comunidade turística. Vivem da pesca de currais, na foz do rio Camará e no mar
Distrito de Marudá	~800	Composta de vários "bairros-comunidades" o distrito é o principal centro turístico do estado do Pará.
Bairro do Sossego	~86	Moram pescadores e veranistas.
Bairro do Recreio	~48	Pescadores e casas de veranistas.
Bairro Bom Jesus	118	Vivem da pesca e do turismo.
Bairro Sol da Manhã	18	Vivem da agricultura.
Cafezal	10	Localizada na estrada de acesso a Marudá, vivem do turismo.
Araticum-Miri	250	Vivem da pesca e do turismo.
Porto Alegre	74	Vivem da pesca.
Livramento	75	Vivem da pesca e da agricultura.
Guarajubal	70	Os moradores vivem quase que exclusivamente da extração e "cata" do caranguejo.
Juçateua	60	Vivem da coleta de caranguejo e da pesca.

Fonte: BRASIL (2014)

O mapa apresentado no Estudo Socioambiental, mostra que a comunidade mais distante da sede municipal, usando como referência o Rio Marapanim, era a comunidade de Guarajubal. Durante entrevista realizada com uma pessoa que atuou no comitê de criação, ela explicou que foi desenvolvido um estudo complementar, sob responsabilidade de funcionários do ICMBio e membros do comitê, nas comunidades que ficaram de fora desse Estudo Socioambiental na forma de entrevistas, entretanto os resultados deste trabalho não se encontram disponíveis nas plataformas abertas das instituições.

Durante o trabalho de campo, foi possível acompanhar a reunião de formação do Conselho Deliberativo, todas as comunidades que fazem parte da AUREMLUC, estando na área da reserva ou na área de influência direta, foram citadas, totalizando um total de 32 comunidades, divididas em 8 polos. Atualmente a comunidade mais distante da sede municipal é a de Marudazinho, distante cerca 2 horas, da sede municipal, via estrada. (BRASIL, 2014; PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Ao comparar o mapa 3, que traz o mapa produzido com as

coordenadas disponíveis no site do ICMBio, com o mapa da área percorrida durante o estudo socioambiental, é possível perceber que a área da RESEX criada a partir do decreto federal e disponível no banco de dados da instituição, é superior a área percorrida no estudo socioambiental.

O desconhecimento acerca dos objetivos de uma RESEX, assim como os direitos e deveres dos usuários, relatada no Estudo Socioambiental (2014), ainda permanece até os dias atuais, e foi percebido durante a pesquisa quando foi possível acompanhar reuniões comunitárias. Muitos moradores associam a criação da RESEX exclusivamente à chegada de benefícios financeiros, como casas e bens (redes, geladeiras, canoas...) assim como aconteceu no passado nas RESEX da vizinhança.

O decreto que criação foi publicado em outubro de 2014, mas somente em setembro de 2016 foi designada uma funcionária do ICMBio para atuar como chefe da unidade de conservação. A partir de então foram realizadas reuniões comunitárias e oficinas de capacitação do comitê local, escolha dos membros a serem convidados para compor o Conselho Deliberativo e eleições para os representantes locais, além das ações de mapeamento das comunidades, educação e fiscalização ambiental que se intensificaram desde a chegada da chefe da unidade.

Para ter validade, o nome dos membros do Conselho Deliberativo (titular e suplente de cada cadeira) precisa ser publicado em diário oficial, após terem sido convidados e enviado as documentações necessárias. O Conselho da RESEX Mestre Lucindo ainda não foi publicado, pois em janeiro de 2018 algumas instituições convidadas ainda não apresentaram a resposta do Ofício/Convite, esse fator está atrasando a publicação e a gestão da unidade está verificando a melhor forma de resolver essas pendências.

4.3.2. Divisão do Território

A área pesquisada durante o Estudo Socioambiental da Mestre Lucindo sofreu expansão, passando de 18 comunidades inicialmente estudadas para 32 comunidade relacionadas diretamente nas ações de gestão, atualmente. A área da Unidade utiliza como base o trajeto do curso d'água, por isso, poucas comunidades estão localizadas totalmente dentro dos limites da unidade. Muitas

comunidades estão localizadas no entorno, mas dependem diretamente dos recursos extraídos da área da reserva para alimentação ou como fonte de renda.

A área da Reserva está dividida em polos, visando agrupar as comunidades próximas e viabilizar a gestão. Durante as viagens de campo foi possível compreender quais as comunidades do município fazem parte da RESEX, estando dentro das áreas da unidade, próximas ou incluídas na gestão por dependerem diretamente do uso de recursos da reserva. O agrupamento dos polos foi sugerido e realizado pelo comitê local, usando como base a proximidade geográfica.

Durante uma das viagens a campo foi possível acompanhar a última oficina de formação do Conselho, nesta ocasião foram listados os polos que compõem a RESEX com as respectivas comunidades que os formam (quadro 3), para elaborar esse quadro foi usada como base a figura 02, apresentada durante a reunião acima citada.

As 32 comunidades foram divididas em 8 polos. Surgiu um nono polo, *Polo Juventude*, que busca agrupar os jovens das diversas comunidades para fortalecer a juventude e dar-lhe voz, e que ficou conhecido como futuro da RESEX. O *Polo Juventude* vai ter o papel de representar os jovens no Conselho Deliberativo, buscar projetos, valorizar e capacitar, para que no futuro possam servir de liderança.

Quadro 3: Relação Polos x Comunidades da RESEX Mestre Lucindo

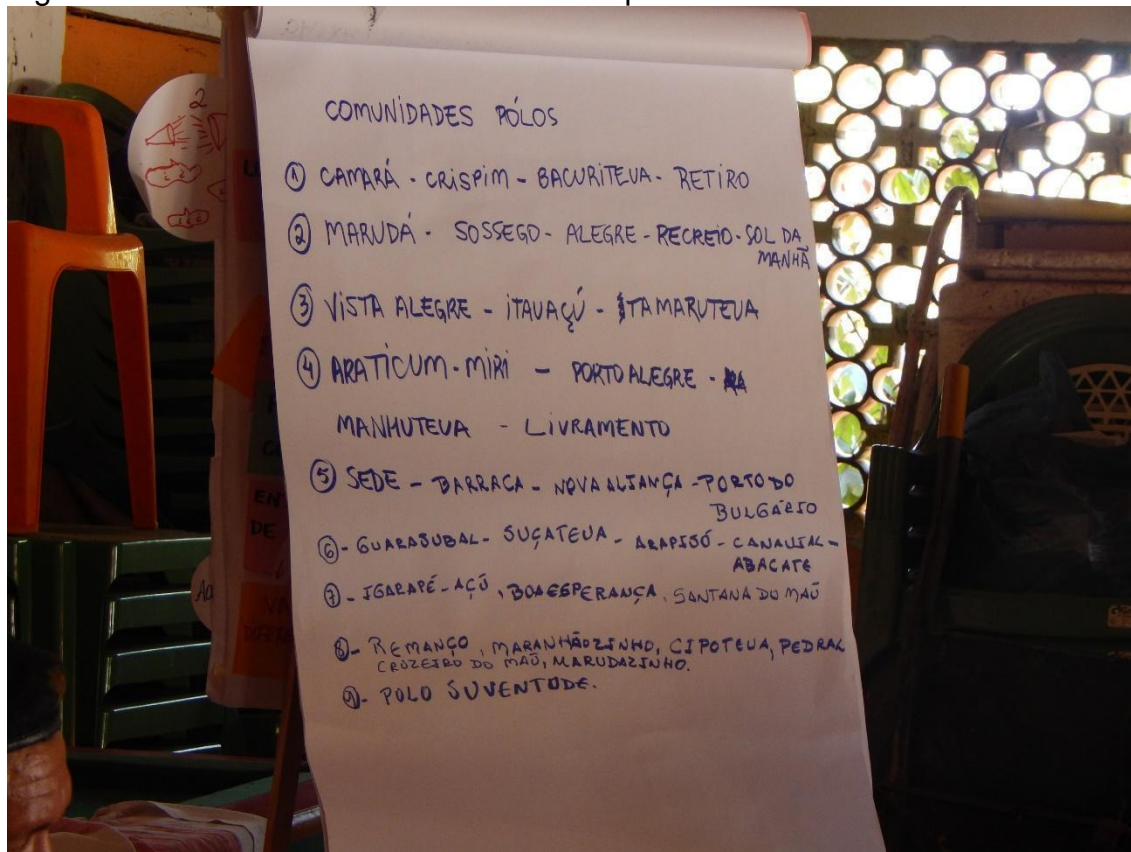
Polo	Comunidades
Polo 1 – Marudanópolis	Sossego Alegre Recreio Sol do amanhã
Polo 2 – Camará	Camará Crispim Bacuriteua Retiro
Polo 3 - Vista Alegre	Vista Alegre Ituaçu Tamaruteua

Continua...

Polo 4 - Araticum-miri	Araticum-miri Livramento Manhuteua Porto Alegre
Polo 5 – Sede	Abacate Barraca Nova Aliança Porto do Bulgário
Polo 6 – Guarajubal	Guarajubal Juçateua Arapijó Canavial
Polo 7 - Igarapé-açu	Igarapé-açu Boa Esperança Santana do Maú
Polo 8 – Remanso	Remanso Maranhãozinho Cipoteua Pedral Cruzeiro do Maú Marudazinho
Polo 9 – Juventude	Formado por jovens de todas as comunidades

Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016)

Figura 02 - Lista de Polos e comunidades apresentadas em uma reunião.



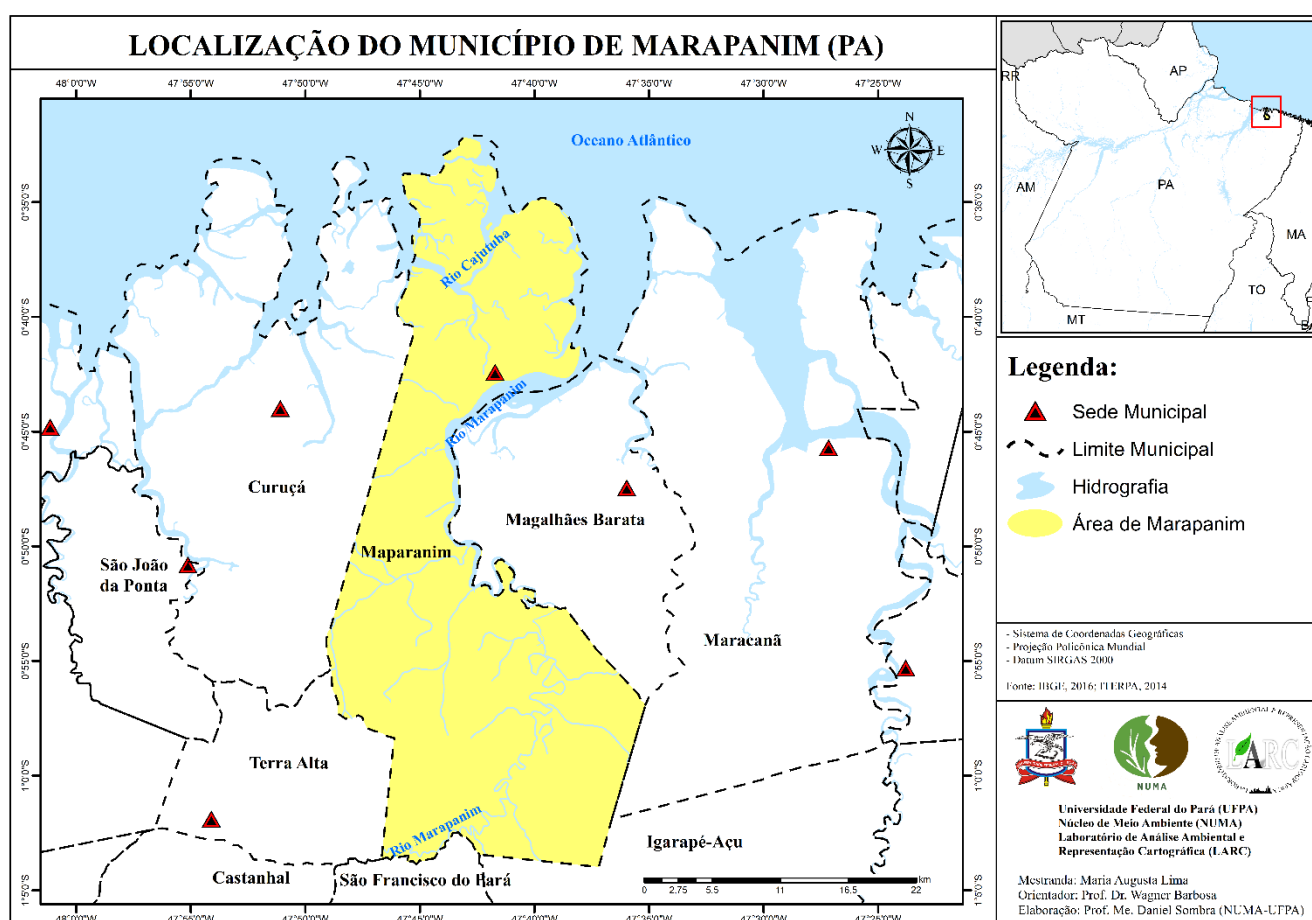
Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016)

5. MARAPANIM – HISTÓRICO E CULTURA

Geograficamente, o município encontra-se localizado na zona microrregião do Salgado, pertencente à mesorregião do Nordeste Paraense. Distanciado 120 km da capital do estado em linha reta. Via estrada, a sede municipal fica distante 168 km de Belém, seu acesso ocorre através de rodovia pavimentada PA-136, no município de Castanhal (IBGE, 2014).

Marapanim possui economia baseada na agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e no comércio. Dentro dos limites geográficos (Mapa 4), Marapanim encontra-se com o Oceano Atlântico ao norte, com os municípios de Magalhães Barata, Maracanã e Igarapé Açú a leste; Igarapé-açu e São Francisco do Pará, ao sul e com os municípios Curuçá, Terra Alta a oeste. A sede municipal está localizada na margem direita do rio Marapanim, de grande importância para a região, cuja bacia abrange 12 municípios.

Mapa 4 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2016; ICMBio, 2016; LARC, 2017.

5.1. HISTÓRICO

A versão mais divulgada para a origem do nome do município conta que a palavra “Marapanim” tem origem na linguagem indígena *NHEENGATHU* e possui como significado “Borboletinha do Mar ou D’água”. Essa denominação foi dada por índios da região que encontravam grande número de pequenas borboletas amarelas nas margens dos rios daquela região. Outras duas teorias sobre o nome são descritas na literatura, uma diz que Marapanim significa Maraquanim (caranguejinho encontrado nas orlas marítimas) e a outra diz que Marapanim representa Muirapinima (Árvore bastante comum na região) (CANUTO, 2016; LOPES e PEREIRA, 2008).

No final do século XVII os padres jesuítas fundaram na região a Fazenda Bom-Intento, entretanto, por volta de 1755 os bens dos padres jesuítas foram confiscados, devido a Lei Pombalina e a área da fazenda foi posteriormente vendida a particulares. Uma parte das terras foi doada à cúria metropolitana, assim como imagens de santos que havia no local, que posteriormente irão influenciar no processo de fundação da cidade.

Por volta de 1860, o Padre José Maria do Vale, vigário da Paróquia de Curuçá, adquiriu parte das terras locais para aumentar a área da cúria metropolitana, no espaço deu início à implantação de uma escola e da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, imagem deixada pelos jesuítas expulsos da área. O local deu origem ao povoado de Bom-Intento, o qual em outubro de 1869 foi elevado à categoria de freguesia e em 1874 foi elevado à categoria de Vila, com nome de Vila de Nossa Senhora das Vitórias do Rio Marapanim. (CANUTO, 2016)

Em 1895 foi elevada à categoria de cidade, porém em 1930 o município foi extinto, sua área ficou vinculada ao município de Curuçá. Entretanto, no ano seguinte, foi elevado definitivamente à categoria de município. (IBGE, 2017)

O rio Marapanim (Figura 03) possui grande importância na formação do município, pois até o ano de 1938 o deslocamento ocorria somente através dos rios e do mar. Muitas vilas estão localizadas as margens do Rio Marapanim e de seus afluentes. Somente em 1938, o município passou a ser ligado por

estrada até a capital do estado, o que facilitou o escoamento dos produtos produzidos no município. (CANUTO, 2016)

Figura 03 – Vista do Rio Marapanim a partir do trapiche municipal



Fonte: Autora. (2015)

Os moradores locais distinguem a área municipal em duas regiões: região da água doce e região do salgado. Na região da água doce encontramos predominância de atividades voltadas para a agricultura (produção de farinha, cultivo de hortaliças, frutas, etc.) e a presença de igarapés. A região do salgado tem como base o mar, onde a pesca e a captura de mariscos formam a principal fonte de subsistência, propiciando a atividade turística praticada nas praias da região (Figuras 04 e 05), sendo as mais conhecidas Crispim e Marudá. Atualmente, o município está dividido em quatro distritos: Marapanim (Sede), Marudanópolis, Matapiquara e Monte Alegre do Maú.

Figura 04 - Praia do Crispim



Fonte: Autora (2017)

Figura 05 - Praia de Marudá



Fonte: Autora (2017)

5.2. CULTURA

O principal elemento cultural do município é o carimbó, tanto que Marapanim é conhecida como a “Terra do carimbó”. Mas, não menos importante, encontramos na área do município diversas outras manifestações culturais, como cordões de bois, pássaros e outros animais, quadrilhas juninas, grupos de

danças folclóricas, escolas/bandas musicais.

De acordo com Figueiredo e Bogéa (2015), o termo carimbó teve origem a partir da denominação dos tambores produzidos de troncos de árvores escavadas, os quais possuem uma das extremidades cobertas com pele animal, chamado curimbó. Cada conjunto de carimbó possui de 2 a 3 curimbós em sua composição, os de menor diâmetro produzem sons mais agudos e os de maior, sons mais graves. Em Marapanim, viveu um dos mestres de carimbó mais importantes do Pará, Mestre Lucindo, que dá nome à Reserva Extrativista, posteriormente criada no município.

5.3. MESTRE LUCINDO

Lucindo Rebelo da Costa, mais conhecido como Mestre Lucindo nasceu em 03 de março de 1908 na comunidade de Água Boa, localizada em Marapanim. É considerado, juntamente com Verequete e Cupijó, referência no assunto carimbó. Suas músicas retratam o imaginário amazônico e a vivência dos pescadores e extrativistas da região do salgado paraense.

De acordo com Rocha (2008), Mestre Lucindo considerava a sua canoa como seu banco de escola, e por relatar em suas músicas o dia a dia da população local acabou sendo reconhecido internacionalmente. No ano de 1976 gravou um LP chamado *Isto é carimbó*, o mestre fazia parte do grupo *Canarinhos* (Figura 06).

A temática ambiental era frequente nas músicas de Mestre Lucindo, pois além de retratar o ambiente em que vivia, também demonstrava respeito em relação aos recursos naturais. Suas músicas também exploravam as relações sociais e de amor entre os seres humanos. Lucindo faleceu em 1988 em decorrência de complicações causadas pelo diabetes (Maciel *apud* Rocha, 2008).

Por ser o mestre mais famoso do município, Mestre Lucindo é sempre lembrado nas homenagens, tanto que na entrada da cidade existe uma escultura representando-o (Figura 07). Por tratar também da dinâmica dos moradores locais e representar isso através de suas músicas, Mestre Lucindo foi escolhido para dar nome a Reserva Extrativista Marinha criada na área do município. É

importante considerar que ele era pescador, e os recursos pesqueiros são as principais fontes de extrativismo desse tipo de UC.

Figura 06 – Capa do LP do Grupo de Carimbó Canarinho de Marapanim, 1974



Fonte: Internet (site: <http://red-mp3.su/album/4819691/isto-e-carimbo.html>)

Figura 07 - Representação que homenageia Mestre Lucindo na entrada da sede municipal



Fonte: Autora (2018)

6. PLANTAS MEDICINAIS

6.1. HISTÓRICO

É perceptível no dia a dia dos brasileiros, que a relação com a flora vai muito além da alimentação. As plantas estão presentes também no tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Essas espécies vegetais que são utilizadas com a finalidade terapêutica, são consideradas pela OMS, Ministério da Saúde, Anvisa e Farmacopeia Brasileira como plantas medicinais. Esses recursos vegetais podem servir de matéria-prima para a produção de fitoterápicos, ou preparação de remédios de baixo teor tecnológico, com base na cultura de um local (BRASIL, 2006; PINTO, 2006; MONTEIRO, 2011).

Fernandes (2004) indica que o uso da flora com finalidade terapêutica é secular e presente nas diversas culturas do mundo, entretanto essa forma de utilização sofreu profunda alteração no último século devido aos avanços das indústrias farmacêuticas multinacionais promotoras da terapêutica alopática sintética.

Em contraposição a isso, na última década observou-se um crescimento da publicação de trabalhos relacionados às plantas medicinais no Brasil, esse aumento possivelmente foi resultado da instituição da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (ANTONIO, 2014).

O primeiro registro da utilização e catalogação de plantas como medicamentos foi em um herbário do ano 2838 a. C., com a catalogação de cerca de 365 espécies de ervas medicinais e venenosas pelo imperador chinês Shen Nung, registrado através da obra *Pen Ts'ao* ("A Grande Fitoterapia"). Posteriormente, por volta de 1500 a. C., o médico hindu Susruta já havia catalogado mais de 700 espécies. Existem espécies catalogadas nesse período que ainda são utilizadas até os dias atuais (VALE, 2002; MONTEIRO, 2011; TOMAZZONI, 2006).

Com o passar dos anos a Medicina Tradicional Chinesa e a Medicina Tradicional Hindu (Ayurvedica) se tornaram referência no mundo, importância perceptível até os dias atuais, com suas técnicas sendo aplicadas em vários lugares pelo mundo, inclusive no Brasil.

Diversos outros relatos de utilização de plantas para curar doenças foram registrados em várias populações como os: Egípcios, Gregos, Árabes, Europeus, entre outros. No antigo e no novo testamento da Bíblia existem diversas citações de plantas utilizadas como medicamento. No século XIX houve crescente evolução da química experimental, o que possibilitou a produção de substâncias em laboratório.

A partir da Conferência Internacional sobre Atenção Primária em Saúde, realizada em 1978 na cidade de Alma-Ata (ex-URSS), a OMS e a UNICEF recomendam aos estados-membros a regulamentação, através de leis e outros instrumentos, da utilização de remédios produzidos a partir de plantas medicinais com eficácia comprovada, assim como a possibilidade de inserir na atenção primária à saúde os detentores dos conhecimentos tradicionais. A OMS acredita que 80% da população de países em desenvolvimento utilizam práticas tradicionais no processo de cuidados básicos à saúde, principalmente utilizando plantas.

Em 1987, as recomendações de Alma-Ata foram reiteradas pela OMS durante a Assembleia Mundial de Saúde. A utilização de plantas medicinais através da fitoterapia é uma das práticas tradicionais recomendadas pela OMS, que considera como aspectos prioritários a eficácia e a segurança durante a utilização. (BARBOSA *et al*, 2016)

6.2. HISTÓRICO DE USO NO BRASIL

A primeira edição da Farmacopeia Brasileira foi institucionalizada em 1926. Este documento tem como finalidade estabelecer os requisitos mínimos de qualidade de medicamentos e outras formas farmacêuticas para uso em saúde. A primeira edição foi produzida por um único farmacêutico, Rodolpho Albino Dias da Silva, que dedicou grande parte de sua vida para produção da obra, a qual foi oficializada através do decreto federal Nº 17.509 de quatro de novembro de 1926, entretanto se tornou obrigatória somente a partir de agosto de 1929 (BRASIL, 2010).

No contexto da política reformista do governo Juscelino Kubitschek, a segunda edição da Farmacopeia Brasileira foi oficializada pelo decreto Nº 45.502 em 1959. Já a terceira edição foi publicada em vinte e cinco de novembro de

1976, oficializada pelo decreto Nº 78.840 e tinha seu conteúdo ampliado e modernizado. A partir da quarta edição, publicada em 1988, a Farmacopeia apresenta dois volumes: a Parte I, contendo métodos gerais e a Parte II, contendo as monografias de fármacos e especialidades. Um tempo após a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA em 1999, o documento passou a ser de responsabilidade técnica e científica da Comissão da Farmacopeia Brasileira e seus comitês técnicos temáticos, vinculados administrativamente à ANVISA, através da Coordenação da Farmacopeia.

De acordo com o estudo desenvolvido por Monteiro (2012), a primeira publicação sobre a flora brasileira aconteceu no ano de 1648, com o trabalho do pesquisador Piso. Posteriormente, em 1983, Martius fez um estudo taxonômico sobre plantas medicinais no Brasil. Na primeira metade do século XX, Hoehne publicou duas obras importantes sobre as plantas medicinais brasileiras: *Flora Brasílica* e *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*.

Entretanto, as plantas medicinais já eram utilizadas nos rituais de cura dos povos nativos que aqui viviam. Com a chegada dos portugueses e dos escravos ao Brasil, a forma de utilização das plantas medicinais na medicina indígena brasileira, começou a ser influenciada pela Medicina Tradicional Europeia e pela Medicina Tradicional Africana. (ANOTAÇÕES DE AULA, 2016)

Em diversos trabalhos publicados nos últimos anos é possível identificar que o uso de plantas medicinais ainda acontece nos dias atuais, principalmente em regiões onde a assistência básica à saúde não acontece de forma adequada.

6.3. FITOTERAPIA E ETNOFARMÁCIA

O texto da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, define fitoterapia como:

“Um método de tratamento caracterizado pela utilização de plantas medicinais em suas diferentes preparações sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal, sob orientação de um profissional habilitado” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016)

Desde o início do processo de colonização do Brasil, a fitoterapia vem sofrendo diversas influências, principalmente a partir da Medicina Tradicional Europeia, Medicina Tradicional Africana e Medicina Indígena Brasileira. (MONTEIRO, 2012; ANOTAÇÕES DE AULA, 2016)

A Fitoterapia Tradicional é caracterizada pela associação de derivados de origem vegetal com procedimentos ritualísticos desde a coleta, passando pela preparação, até a administração do mesmo. Todo esse processo está inserido em um contexto cultural caracterizado pela herança étnica dos envolvidos. Já a fitoterapia popular é considerada uma aculturação da fitoterapia tradicional, onde as populações recebem a herança cultural do uso das plantas medicinais, juntamente com finalidade de uso, forma de preparo e administração; mas de forma modificada. Dois fatores facilmente observados referentes a modificação: abandono dos rituais associados à prática fitoterapêutica e a substituição dos nomes das plantas tradicionais por nome de fármacos ou medicamentos industrializados (PINTO, 2006).

Ainda de acordo com Pinto (2006), as pesquisas relacionadas ao conhecimento e uso tradicional das plantas são importantes, pois: resgatam o patrimônio cultural tradicional, promovem o uso popular terapêutico de remédios de baixo custo e possibilitam a utilização de conhecimentos tradicionais em processos de desenvolvimento tecnológico. Barbosa (2011) relata que o desenvolvimento de novas pesquisas com essa temática pode levar à descoberta de novas substâncias com atividades biológicas.

Na busca pela melhor forma de utilizar os recursos naturais e prover um desenvolvimento sustentável, a fitoterapia pode ser uma forma de auxiliar na regeneração de áreas degradadas. Diversos grupos indígenas podem ser utilizados como exemplo para explicar a utilização de espécies vegetais na preservação dos recursos naturais florísticos. Em uma mesma área, os indígenas conseguem consorciar espécies para diferentes utilizações, como alimentar, medicinal, artesanal. O manejo dessas espécies pode promover a restauração da cobertura vegetal e possibilita a criação de uma fonte de renda baseada na utilização desses recursos pela comunidade. (BARBOSA, 2011 p.28)

Esse material vegetal produzido pela comunidade não terá quantidade suficiente para abastecer a indústria farmacêutica que precisa de grandes quantidades de material para conseguir isolar as substâncias de interesse, mas é possível produzir medicamentos fitoterápicos artesanais que podem abastecer a comunidade ou até mesmo ser vendido em pequena escala, gerando recursos para o local.

Neste sentido, a fitoterapia traz consigo, além da importância enorme de apresentar um elemento histórico e cultural de um local, também pode ser uma ferramenta para trabalhar a gestão dos recursos naturais e recuperação de áreas degradadas na comunidade, e quiçá uma fonte de renda para o local.

Pinto (2006) define etnofarmácia como ciência interdisciplinar que busca investigar a percepção e o uso de remédios tradicionais em um determinado grupo humano. Devido ao isolamento geográfico e a dificuldade acesso a atenção básica à saúde no Brasil, a etnofarmácia possui uma grande importância no Brasil, especialmente na Amazônia brasileira.

A utilização da etnofarmácia, através da busca e divulgação dos conhecimentos relacionados ao uso de plantas medicinais pode ser uma solução de baixo custo para as populações mais necessitadas em países em desenvolvimento, como o Brasil (QUIRINO, 2015).

6.3.1. Legislação e Políticas Públicas

Na expectativa de atender as recomendações da OMS a partir da declaração de Alma-Ata e buscando explorar o potencial econômico Brasileiro, diversas iniciativas foram implantadas no Brasil a partir de 1980 com a finalidade de conhecer e regulamentar a fitoterapia. Nos parágrafos abaixo serão colocadas as principais iniciativas relacionadas a isso.

Em 11 de setembro de 1981, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 212, que trata sobre as “Diretrizes e Prioridades de investigação em saúde”. No ano de 1982, a Central de Medicamentos vinculada ao mesmo Ministério, elaborou o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais” – PPPM. O programa buscou contribuir para o desenvolvimento de opções terapêuticas alternativas e complementares, através da realização de pesquisas que comprovassem as

atividades farmacológicas/toxicológicas das plantas selecionadas. (LUZ NETTO JUNIOR; RIBEIRO; RODRIGUES, 2006)

Outro documento relacionado a esse processo foi o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada na cidade de Brasília em 1986, o seu item 3 do tema 2, fez referência à “introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986).

Em janeiro de 1992, o Conselho Federal de Medicina reconheceu através do Parecer Nº 04/92 a fitoterapia como método terapêutico, necessitando de regulamentação e rigorosa supervisão pelos órgãos de Vigilância Sanitária. Em 1994 a Secretaria de Vigilância Sanitária criou o Grupo de estudos de Produtos Fitoterápicos, e em 1995 instituiu e normatizou o registro de produtos fitoterápicos junto ao Sistema de Vigilância Sanitária. (RODRIGUES; SANTOS; AMARAL, 2006)

As políticas públicas são conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas com finalidade de assegurar o direito dos cidadãos. No contexto dos fitoterápicos, duas políticas se destacam, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

O ano de 2006 foi marcante no que se refere à legislação referente às plantas medicinais, neste ano foram instituídas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC, e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF.

A PNPIC foi promulgada pela Portaria Ministerial nº 971 de 03 de maio de 2006, a qual versa sobre a Fitoterapia, a Homeopatia, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, o Termalismo/Crenoterapia e a Medicina Antroposófica. Um dos objetivos da PNPIC é incorporar e implementar essa política no SUS, buscando a prevenção de agravos e a promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde. (BRASIL, 2006)

Dessa forma, a inserção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde vem sendo incentivada, a partir da publicação da política e, para que os objetivos dela sejam alcançados, apresentam-se diversas diretrizes. No que se refere ao uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, as diretrizes são:

- Elaboração da Relação Nacional de Plantas Medicinais e da Relação Nacional de Fitoterápicos;
- Provimento do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos aos usuários do SUS;
- Formação e educação permanente dos profissionais de saúde em plantas medicinais e fitoterapia;
- Acompanhamento e avaliação da inserção e implementação das plantas medicinais e fitoterapia no SUS;
- Fortalecimento e ampliação da participação popular e do controle social;
- Estabelecimento de política de financiamento para o desenvolvimento de ações voltadas à implantação das plantas medicinais e da fitoterapia no SUS;
- Incentivo à pesquisa e desenvolvimento de plantas medicinais e fitoterápicos, priorizando a biodiversidade do país;
- Promoção do uso racional de plantas medicinais e dos fitoterápicos no SUS;
- Garantia do monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. (BRASIL, 2006a)

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi estabelecida pelo Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Essa Política possui como principal objetivo garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. (BRASIL, 2006b)

Para alcançar esses objetivos, essa política conta com 17 diretrizes. A PNPMF também traz para cada diretriz ações para o desenvolvimento das mesmas e assim, alcançar o objetivo principal da legislação em questão.

Em 09 de dezembro de 2008, foi aprovado através de Portaria Interministerial Nº 2960, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Esse programa busca colocar em prática o objetivo presente na política, através da compreensão e estímulo das cadeias produtivas, estabelecimento de pesquisas e tecnologias para melhorar a produção, desenvolvimento socioeconômico e sustentável das áreas, entre outras. (BRASIL; 2016)

A Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS), é formada por espécies vegetais que possuem potencial de avançar nas etapas de suas cadeias produtivas e, assim, gerar produtos de interesse do SUS e do Ministério da Saúde. Atualmente o RENISUS conta com 71 espécies vegetais diferentes.

Outra lista de extrema importância no âmbito do SUS, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), que traz em seu texto 12 fitoterápicos. A versão mais recente da RENAME é do ano de 2017.

Esse arcabouço com documentos técnico-científicos busca organizar a Fitoterapia no país e assim, incentivar a utilização de fitoterápicos de forma eficiente e segura e, dessa forma, promover o desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas a plantas medicinais e fitoterápicos, como prevê a PNPIIC e a PNPMF.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que serão apresentados neste capítulo foram obtidos em reuniões comunitárias marcadas em cada comunidade para apresentar e discutir o projeto e a aplicação da metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo e ainda o questionário para caracterização socioeconômica dos entrevistados. Através dessa metodologia, buscou-se, além de captar dados, avaliar a participação, comprometimento e conhecimento acerca dos temas referentes à RESEX Mestre Lucindo. Todas as reuniões foram marcadas e amplamente divulgadas nas comunidades através dos representantes locais nas reuniões de gestão.

Figura 08 - Reunião realizada na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Autora (2017)

Esperava-se um número maior de participantes, em Boa Esperança e Guarajubal as reuniões chegaram a ser remarçadas na tentativa de aumentar a participação, o que resultou em uma pessoa a mais em cada local. Na comunidade de Livramento a remarcação da reunião também ocorreu, e resultou em um acréscimo de 4 pessoas ao grupo. A comunidade do Sossego foi a única em que a reunião ocorreu na primeira data marcada, pois 4 das 5 mulheres que estão participando ativamente no Grupo Erva Vida compareceram na primeira data marcada.

Na comunidade do Camará, a reunião comunitária foi marcada por três vezes, inclusive com veiculação do convite na rádio comunitária local, mas só a representante da comunidade na gestão da RESEX compareceu. A ausência dos moradores nas reuniões e a falta de interesse deles pelo assunto, podem estar relacionadas com o fato de a comunidade ser a maior participante da entrevista (em termos de números de famílias), ser a única a possuir Posto de Saúde da Família, com médico periodicamente disponível para atender aos moradores e está localizada à 17 km de distância da sede municipal, com acesso via estrada pavimentada. Um dos participantes relatou durante a entrevista que os moradores do local possuem pouco hábito de utilização de plantas medicinais,

“Aqui no Camará o pessoal quase não usa remédio de planta, é mais remédio comprado em farmácia.” (Entrevistado 12, Camará, 2017).

Figura 09 – Entrevista de uma moradora da comunidade de Camará.



Fonte: Autora (2017)

7.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PARTICIPANTES

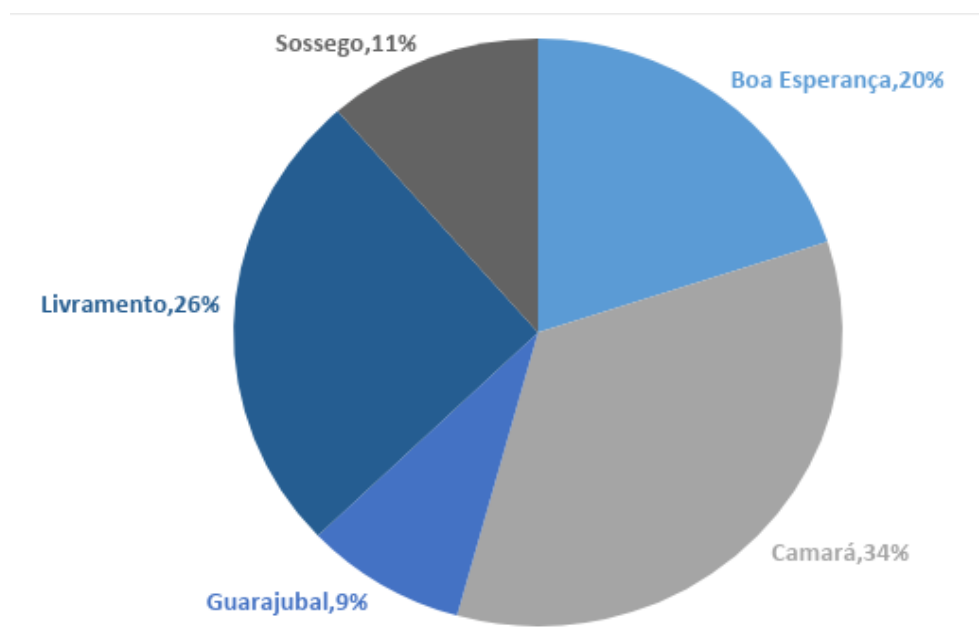
No total, 35 pessoas participaram dessa pesquisa, essas pessoas residem em 5 comunidades que fazem parte da área da gestão da RESEX e estão localizadas em polos diferentes. Nas comunidades de Boa Esperança, Guarajubal, Livramento e Sossego, a pesquisa foi realizada através de reunião

comunitária, com aplicação de Diagnóstico Rápido Participativa para coleta de informações acerca do uso de plantas medicinais e questionário para caracterização socioeconômica básica dos mesmos.

A quinta comunidade a participar foi Camará, a coleta de dados nessa comunidade ocorreu através de entrevistas realizadas nas casas de moradores. Por ser a única comunidade totalmente localizada dentro da área da RESEX, optou-se por manter a comunidade na pesquisa e utilizar outra metodologia para coleta de dados. Uma pessoa que mora na comunidade acompanhou as entrevistas e ficou encarregada de apresentar a pesquisadora aos moradores, para facilitar o contato. Vale ressaltar que nenhum morador se recusou a participar da pesquisa.

A comunidade em que mais pessoas participaram foi a de Camará, com 12 participantes, e a que menos teve participação foi a de Guarajubal, com apenas 3 pessoas. Nessa comunidade foi marcada outra reunião comunitária, mas os moradores não participaram. O gráfico 1 apresenta o percentual de participantes por comunidade.

Gráfico 1 - Percentual de participantes totais por comunidade

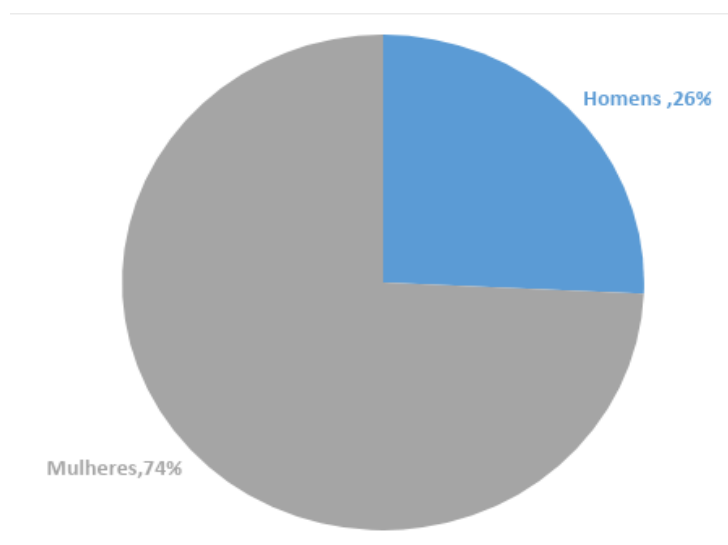


Fonte: Pesquisa de Campo.

No gráfico 2, podemos perceber que o número de mulheres que participaram da pesquisa foi aproximadamente 3 vezes superior ao número de

homens. O que pode demonstrar maior interesse e conhecimento do assunto por parte delas, pois historicamente as mulheres são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos e isso pode refletir no conhecimento adquirido acerca do uso de plantas medicinais. Monteiro (2012) identificou em seu trabalho, que 42,5% dos entrevistados da Área de Proteção Ambiental Algodual-Maiandeuá aprenderam a utilizar as plantas medicinais com as mães.

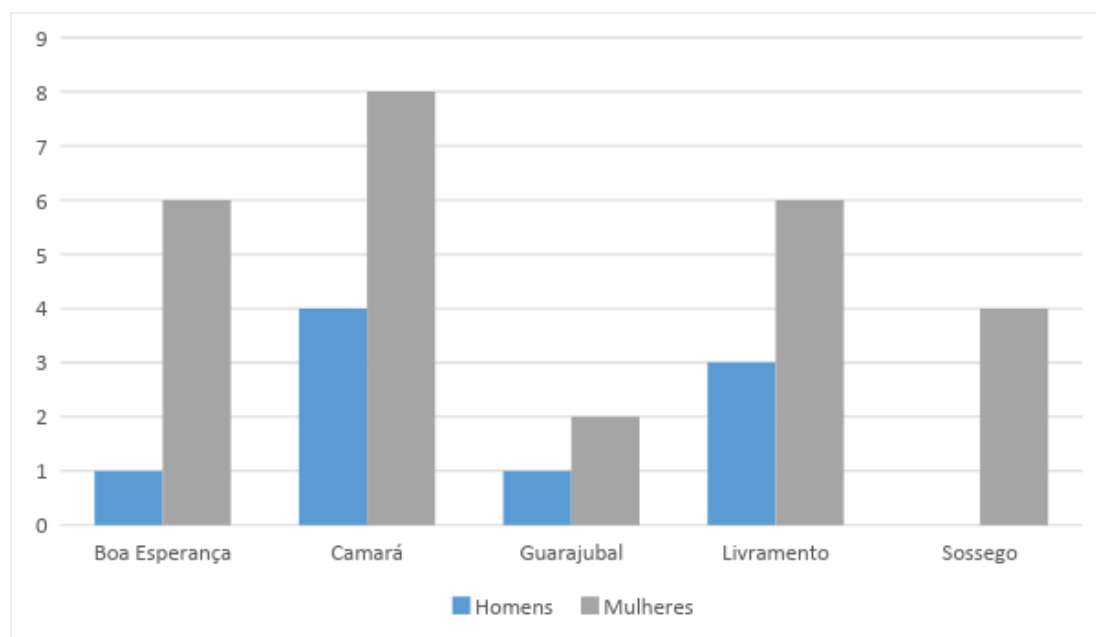
Gráfico 2 - Divisão dos participantes por gênero.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Para relacionar os números de participantes por gênero em cada comunidade, se produziu o gráfico 3. Carneiro et. al. (2010) em um estudo etnobotânico na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, tiveram como informantes mais que o dobro de mulheres, comparando ao número de homens participando do trabalho.

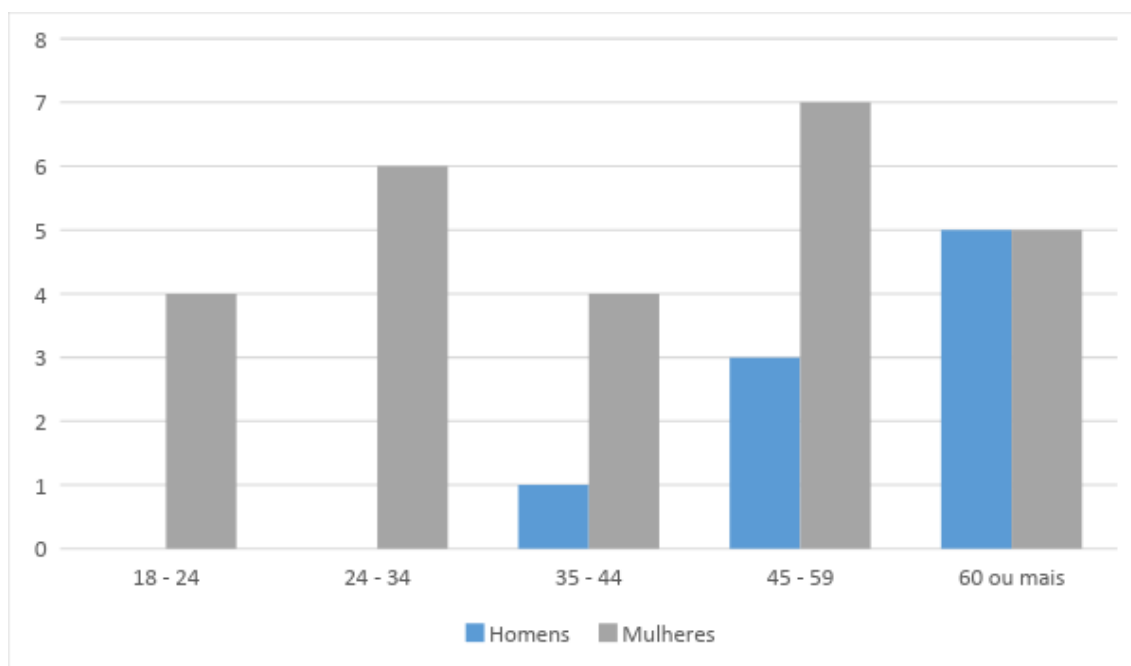
Gráfico 3 - Número de participantes por gênero em cada comunidade.



Fonte: Pesquisa de Campo.

A idade dos participantes varia entre 18 e 92 anos, a média geral foi de 48,4 anos de idade. A maior quantidade de participantes encontra-se nas faixas etárias acima de 45 anos, representando 57% do total. A média de idade das participantes do gênero feminino é de 42,6 anos, enquanto a média do gênero masculino é de 65,4 anos. Demonstrando que as mulheres mais jovens têm maior interesse e conhecimento acerca do assunto, possivelmente por (ainda) serem responsáveis pelos cuidados com os moradores das casas, companheiros e filhos. Enquanto que os homens mais idosos apresentam maior interesse e conhecimento adquirido ao longo da vida. O gráfico 4 apresenta a Relação Proporcional dos participantes com base no gênero e na faixa etária.

Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados com base em gênero e faixa etária.

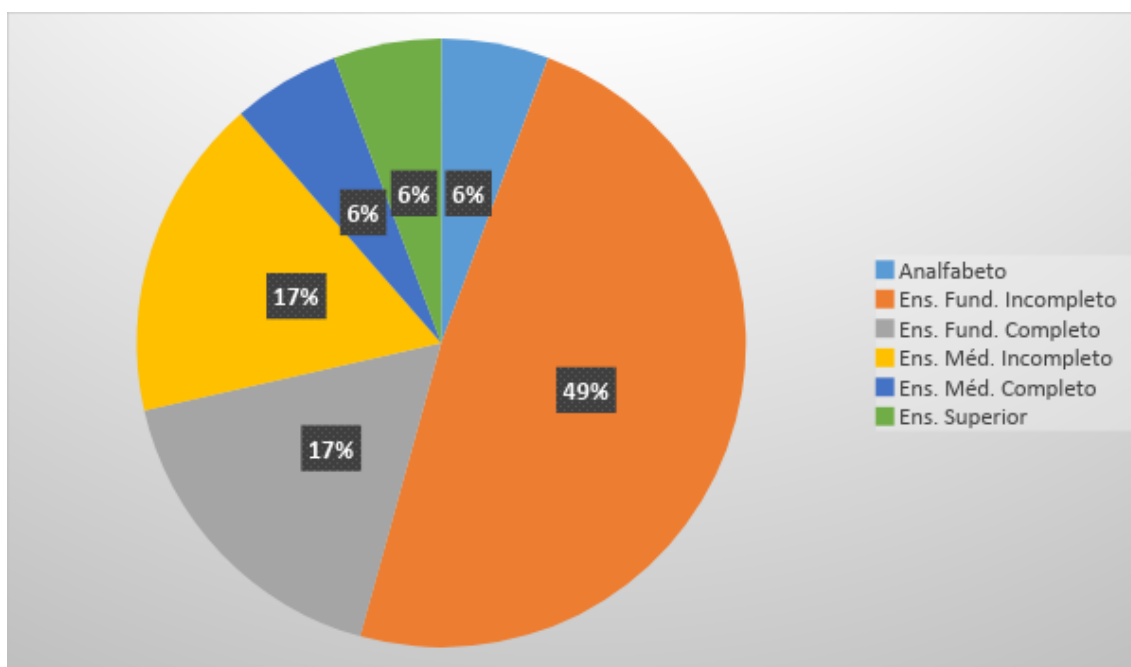


Fonte: Pesquisa de Campo.

No quesito escolaridade, os comunitários responderam até qual nível de ensino estudaram. A maior parte dos entrevistados (48%) possui o ensino fundamental incompleto. As duas únicas entrevistadas que possuem o ensino médio completo são da comunidade do Sossego, os dois entrevistados que possuem ensino superior são das comunidades de Camará e do Livramento, sendo que este último ainda está cursando. O Gráfico 5 apresenta o percentual de cada nível de ensino.

Santos Júnior (2015), explica em seu trabalho que o acesso à educação básica é importante para compreender e entender as políticas públicas relacionadas à utilização de plantas medicinais, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, buscando assim diminuir as diferenças sociais do local.

Gráfico 5: Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Quanto ao questionamento sobre a naturalidade dos participantes, as respostas foram agrupadas em: na própria comunidade, em outra comunidade do município de Marapanim, em outro município do estado do Pará ou em outro estado. Os 3 entrevistados naturais de outros estados são do Maranhão. Para facilitar a análise, os dados referentes a esse quesito foram organizados na tabela abaixo (Tabela 1)

Tabela 1: Local de nascimento dos participantes da pesquisa por comunidade.

	Na própria comunidade	Em outra comunidade do município	Em outro município do Pará	Em outro estado
Boa Esperança	3	1	2	1
Camará	5	3	4	0
Guarajubal	1	1	1	0
Livramento	1	5	1	2
Sossego	0	1	3	0
Total por local	10	11	11	3
Total geral				35

De acordo com o Estudo Socioambiental, o crescimento e a

mobilidade populacional nas comunidades está diretamente relacionado ao turismo. Onde os moradores locais casam com migrantes ou veranistas e se estabelecem no local, ou famílias migram para as comunidades na época de veraneio e por lá se estabelecem.

O número de moradores por domicílio de cada entrevistado variou entre 1 e 11 moradores. A maior frequência encontrada foi a de 4 moradores por domicílio com 11 famílias, o que representa 31,4% do total de domicílios, seguido de 8 moradores por domicílio em 6 famílias, equivalente a 18,7%. A terceira maior frequência foi de 2 moradores por domicílio, representando 14,2% dos entrevistados, essas 3 maiores frequências representam 63,9% dos entrevistados.

Como a área do município é bastante diversa, cada área possui a sua tendência para fonte de renda. Cada comunidade entrevistada possui a sua característica local predominante para fonte de renda. Na comunidade de Boa Esperança, 100% dos entrevistados possuem como principal fonte de renda a agricultura, na comunidade a maioria dos moradores trabalha em roçados e produção de farinha para abastecimento local e venda para outros lugares, inclusive a reunião aconteceu em uma casa de farinha².

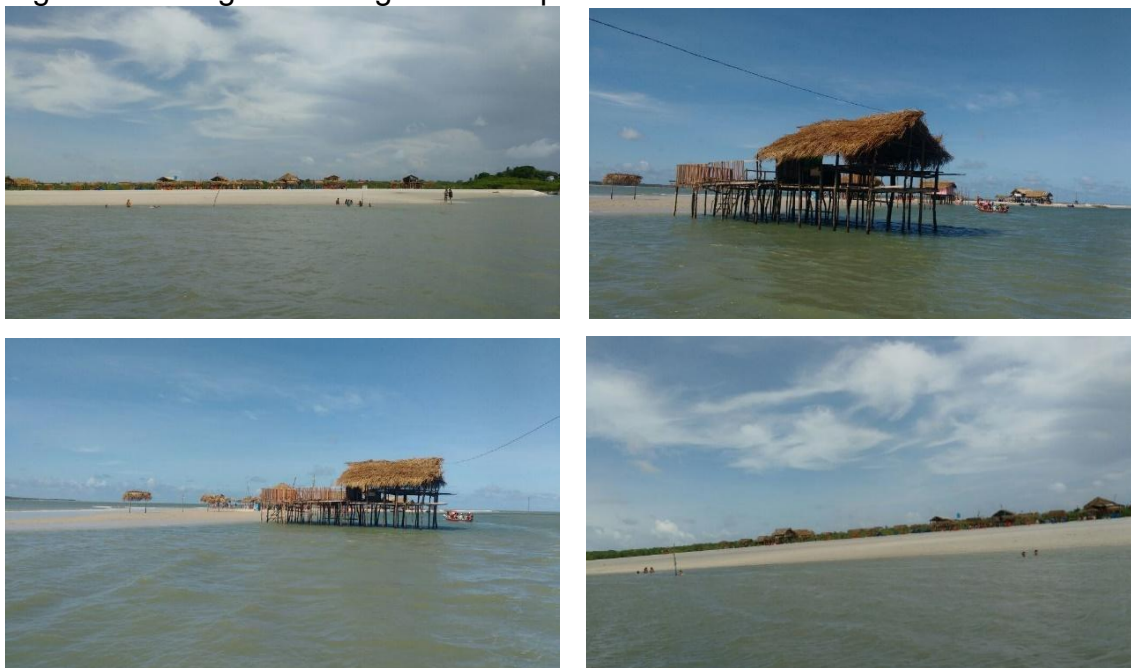
Camará é um dos principais pontos do município de chegada de pescado, na comunidade é possível encontrar currais para captura do pescado ao longo do rio de mesmo nome da comunidade (ICMBIO, 2014). Dessa forma, 41,6% dos entrevistados declararam que a principal fonte de renda da família é a pesca. Outras fontes de renda citadas na comunidade foram: Bolsa Família, aposentadoria, comercialização de comidas na parte turística, pensão alimentícia e trabalho na prefeitura.

No ano de 2017 surgiu na comunidade um novo ponto turístico, a praia do “*Me Lembe*”, em um banco de areia localizado em frente a comunidade, bares e restaurantes em formato rústico de “barracas de palha” foram se instalando, o acesso é através de canoas quando a maré está cheia, esse local se tornou uma opção para os turistas que visitam o município. As figuras abaixo mostram um

² Local que possui os aparatos para a produção de farinha, como: peneira, tipiti e principalmente o forno para torrar a farinha.

pouco dessa nova opção turística do município, em que uma das entrevistadas na comunidade possui uma barraca.

Figura 10 – Registros fotográficos da praia do “*Me Lembe*”.



Fotos: A. B. (2017)

Na comunidade de Guarajubal, a principal fonte de renda dos entrevistados vem da pesca e captura e beneficiamento do caranguejo. O Estudo Socioambiental relatou que a fonte de principal de renda da comunidade vem da extração dos recursos naturais da região. Em um estudo mais abrangente, Alves et. Al. (2016) identificaram a aposentadoria como fonte primária de renda da comunidade, seguido de atividades agroextrativistas.

Aproximadamente 78% dos entrevistados da comunidade de Livramento declararam a aposentadoria como principal fonte de renda da família. Os outros 22% dos entrevistados, citaram como principal fonte de renda o Bolsa família e a prestação de serviços como caseiro. Isso deve estar relacionado com a idade dos entrevistados no local, que apresenta como média 60,2 anos de idade. O estudo do ICMBio relatou que na comunidade existem muitas atividades referentes a roçados, e cultivo e venda de frutas produzidas na área.

Na comunidade do Sossego, 100% dos entrevistados relataram que a principal fonte de renda da família é a aposentadoria. Essa comunidade localiza-se no distrito de Marudanópolis, é considerada um de seus bairros. Na

região, ainda existem muitos pescadores. O trabalho desenvolvido por Monteiro (2011) caracterizou as mulheres do Grupo Erva Vida como pescadoras-erveiras, pois as mesmas usavam a pesca e produção de remédios artesanais para complementar a renda. Entretanto, o avanço da idade da maioria delas, associado aos problemas de saúde inviabilizaram o prosseguimento da atividade pesqueira.

Figura 11 – Reunião comunitária no Grupo Erva Vida.



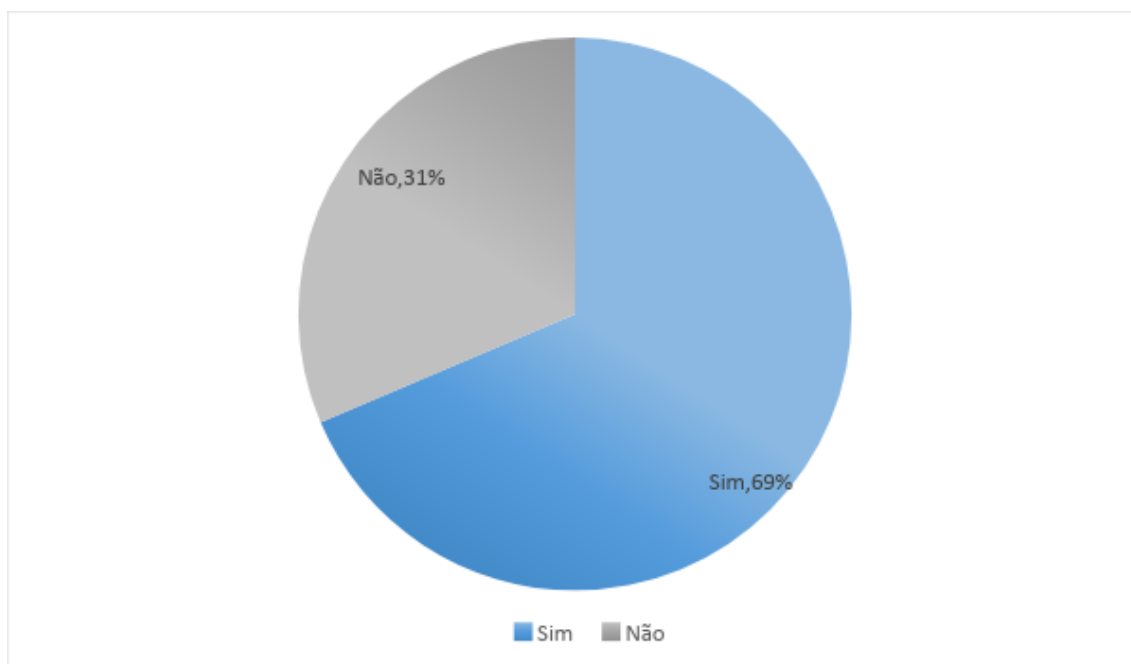
Fotos: Autora (2018)

Com relação ao recebimento de benefícios do governo, os entrevistados relataram que os pescadores do município não recebem seguro defeso referente a pesca, fato confirmado, e explicado, pelo presidente da Colônia de Pescadores da região, que informou que o governo não libera o benefício justificando que os pescadores da região pescam na área costeira e não dependem somente de um tipo de pescado. Esse fato é constantemente comentado em reunião da RESEX, pois os pescadores locais sempre denunciam a invasão de barcos de outras regiões, nas áreas de Marapanim, no período em que esses invasores estão recebendo o seguro defeso.

O único benefício citado na pesquisa foi o Bolsa Família, no gráfico abaixo (Gráfico 6) encontramos o percentual de famílias que afirmaram receber

o bolsa família.

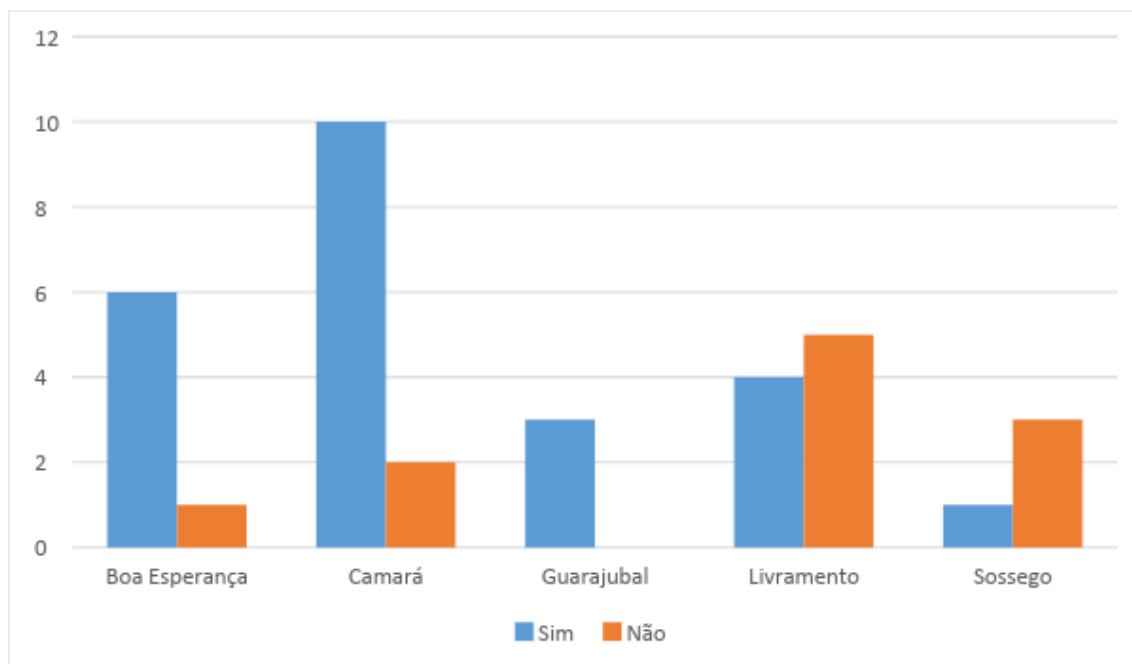
Gráfico 6: Quantidade de entrevistados que recebem Bolsa Família.



Fonte: Pesquisa de Campo.

O gráfico abaixo (Gráfico 7) apresenta de forma detalhada a distribuição de famílias que recebem Bolsa Família em cada comunidade, a comunidade que possui o maior percentual de entrevistados é Camará, com 83,3% do total local recebendo o benefício.

Gráfico 7 - Quantidade de entrevistados por comunidade que declararam receber Bolsa Família



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

7.2. PERFIL ETNOFARMACÊUTICO

As reuniões comunitárias realizadas para coleta de dados acerca do perfil etnofarmacêutico dos usuários da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo foram iniciadas com uma breve explanação sobre a RESEX e os objetivos gerais do presente trabalho. Em seguida, os comunitários foram instigados sobre quais plantas eles tinham costume usar para a finalidade medicinal em suas casas, relacionando sempre com a parte utilizada, forma de preparo e a alegação de uso.

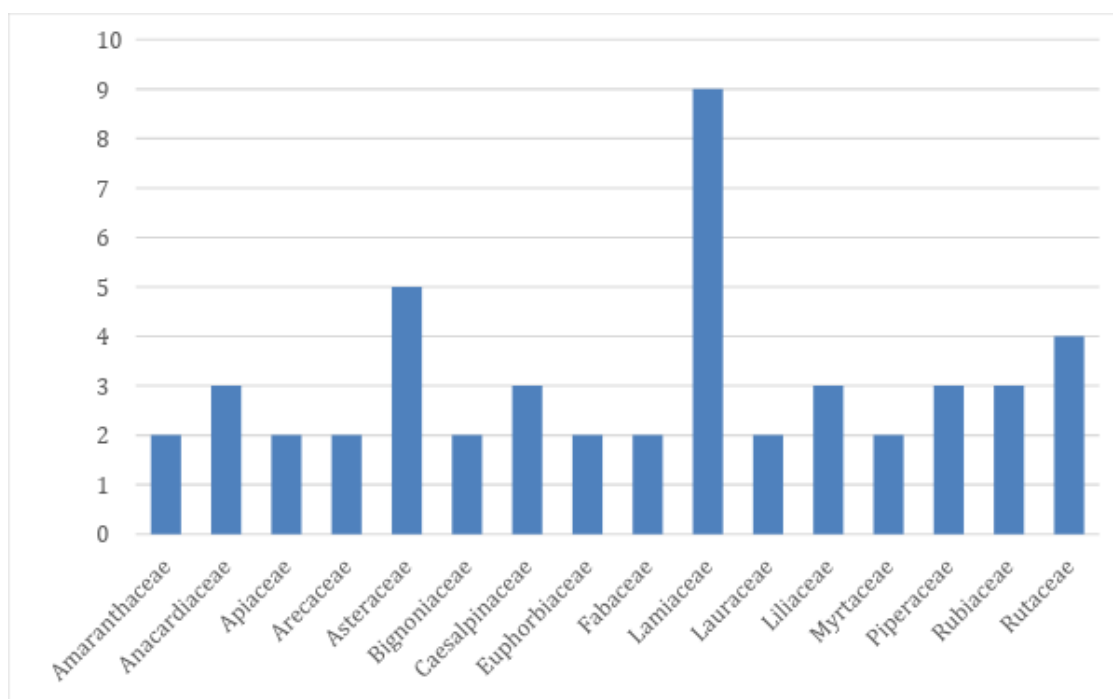
Nesse sentido, todos os participantes da pesquisa (100%) relataram a utilização de plantas medicinais, em maior ou menor frequência. As formas de utilização citadas, vão desde remédios mais elaborados, como lambedores e garrafadas, até preparos mais simples como chás e banhos. As recomendações de uso foram diversas. Foi interessante observar que a medida em que as plantas eram citadas, os moradores iam complementando suas formas e finalidades de utilização.

No total foram citadas 69 etnoespécies diferentes de plantas utilizadas com a finalidade medicinal. Essas plantas estão distribuídas em pelo menos 30 famílias botânicas, pois algumas espécies citadas (7) não foram citadas ou

identificadas em outros trabalhos, sendo assim, não foi possível determinar a família a qual pertencem. No quadro abaixo (Quadro 4) encontram-se todas as espécies citadas no trabalho, organizadas em ordem alfabética a partir do nome que foi citado, seguido da família botânica que pertence e do nome científico da espécie em questão.

As famílias botânicas encontradas foram organizadas no Gráfico 8 relacionando a sua frequência de citação.

Gráfico 8 -: Número de Plantas citadas por família botânica.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As famílias: Acanthaceae, Annonaceae, Apocynaceae, Chenopodiaceae, Costaceae, Crassulaceae, Malvaceae, Meliaceae, Moraceae, Myristicaceae, Phyllanthaceae, Poaceae, Rhyzophoraceae e Zingiberaceae tiveram apenas um representante citado no trabalho.

Quadro 4: Etnoespécies citadas com finalidade medicinal na pesquisa.

Etnoespécie	Família Botânica	Nome Científico
Abacateiro	Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.
Açaizeiro	Arecaceae	<i>Euterpe oleracea</i> Mart
Alfavaca	Lamiaceae	<i>Ocimum</i> sp

Continua...

Alfavacão	Lamiaceae	<i>Ocimum gratissimum</i> Benth.
Algodão	Malvaceae	<i>Gossypium</i> L.
Alho	Liliaceae	<i>Allium sativum</i> L.
Anador em planta	Lamiaceae	<i>Plectranthus barbatus</i> Benth.
Andiroba	Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.
Arnica	-	Não identificada
Aroeira	Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi
Arruda	Rutaceae	<i>Ruta graveolens</i> L.
Babosa	Liliaceae	<i>Aloe vera</i> (L.) Burman
Bacurauzinho do roxo	-	Não identificada
Barbatimão	Fabaceae	<i>Stryphnodendron barbatiman</i> Mart.
Boldo	Asteraceae	<i>Vernonia condensata</i> Backer
Cacto	-	Não identificada
Café	Rubiaceae	<i>Coffea</i> sp.
Cajueiro	Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i> L.
Canarana	Costaceae	<i>Costus spicatus</i> Sw.
Canela	Lauraceae	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Nees
Capim Santo	Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf.
Catinga de Mulata	Asteraceae	<i>Tanacetum vulgare</i> L.

Continua...

Cebola	Liliaceae	<i>Allium cepa</i> L.
Chicória	Apiaceae	<i>Eryngium foetidum</i> L.
Cidreira	Lamiaceae	<i>Melissa officinalis</i> L.
Cipó d'alho	Bignoniaceae	<i>Mansoa alliacea</i> (Lam.) A. H. G.
Coco	Arecaceae	<i>Cocos nucifera</i> L.
Copaíba	Caesalpinaceae	<i>Copaifera</i> sp
Coramina	Euphorbiaceae	<i>Pedilanthus tithymaloides</i> Poit.
Cravo	Asteraceae	<i>Tagetes minuta</i> L.
Elixir Paregórico	Piperaceae	<i>Piper callosum</i> Ruiz & Pav
Erva Doce	Apiaceae	<i>Pimpinella anisum</i> L.
Eucalipto	Myrtaceae	<i>Eucalyptus</i> spp
Forsangue	Acanthaceae	<i>Justicia polygonoides</i> Kunth
Fruta-pão	Moraceae	<i>Artocarpus Altilis</i> Park.
Gengibre	Zingiberaceae	<i>Zingiber officinale</i> Rosc.
Goiabeira	Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i> L.
Graviola	Annonaceae	<i>Annona muricata</i> L.
Hortelã grande	Lamiaceae	<i>Plectranthus ambonicus</i> (Lour.) Sprengel
Hortelãzinho	Lamiaceae	<i>Mentha</i> sp
Imbiriba	-	Não identificada

Continua...

Japana	Asteraceae	<i>Eupatorium triplinerve</i> Vahl.
Jatobá	Caesalpinaceae	<i>Hymenaea intermedia</i> Ducke
Jucá	Caesalpinaceae	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.
Laranja	Rutaceae	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck
Limão Galego	Rutaceae	<i>Citrus aurantifolia</i> Swingle
Limãozinho	Rutaceae	<i>Citrus Limonum</i> Risso
Mangue vermelho	Rhizophoraceae	<i>Rhizophora mangle</i> L.
Mangueira	Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.
Manjeriço	Lamiaceae	<i>Ocimum basilicum</i> L.
Manjerona	Lamiaceae	<i>Mentha</i> sp.
Mastruz	Chenopodiaceae	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.
Meracilina	Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze
Pariri	Bignoniaceae	<i>Arrabidaea chica</i> Verlot.
Pau de índio	-	Não identificada
Pião Branco	Euphorbiaceae	<i>Jatropha curcas</i> L.
Pimenta de macaco	Piperaceae	<i>Piper Aducum</i> L.
Pimenta do reino	Piperaceae	<i>Piper nigrum</i> L.
Pirarucu	Crassulaceae	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam)
Quebra pedra	Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus nururi</i> L.
Sucuriju	Asteraceae	<i>Mikania lindleyana</i> DC.

Continua...

Sucuuba	Apocynaceae	<i>Himatanthus sucuuba</i> (Spruce ex. Mull. Arq.) Woodson
Terramicina em planta	Amaranthaceae	<i>Alternanthera</i> sp.
Ucuuba	Myristicaceae	<i>Viola surinamensis</i> (Rol. Ex Rottb)
Unha de Gato	Rubiaceae	<i>Uncaria guianensis</i> (Aubl.) J.F. Gmel
Vassourinha com rabo de raposa	-	Não identificada
Vassourinha de botão	Rubiaceae	<i>Borreria verticillata</i> (L.) G.Mey.
Veronica	Fabaceae	<i>Dalbergia subcymosa</i> L.
Vick em planta	Lamiaceae	<i>Mentha spicata</i> Crantz.

Fonte: COELHO-FERREIRA & SILVA, 2005; PESQUISA DE CAMPO, 2018; PINTO, 2008; ROCHA, 2014.

As plantas citadas têm ocorrência nos quintais, em áreas próximas ao mangue ou em regiões mais distantes, onde a floresta é mais densa. A comunidade de Boa Esperança foi a que citou maior número de plantas medicinais, 37 etnoespécies, o que representa mais de 50% do total de citações, seguida da comunidade de Camará que citou 31 etnoespécies diferentes.

Figura 12 - Pirarucu (*Kalanchoe pinnata*) encontrado no quintal de uma das casas da vila de Guarajubal.



Fotos: Autora (2018)

De todos os entrevistados de Boa Esperança, somente uma entrevistada relatou que não possui nenhuma planta usada com finalidade medicinal em sua casa, mas sempre que precisa, recorre aos vizinhos para conseguir. Na comunidade de Camará, aproximadamente 50% dos entrevistados relatou ter poucas ou nenhuma planta medicinal na área de sua casa, mas sempre que precisam, buscam na casa de parentes próximos.

Boa Esperança foi a única comunidade em que se relatou a não utilização de remédios comprados em farmácias. Dois entrevistados relataram utilizar somente remédios produzidos em casa a partir das plantas medicinais. Os demais entrevistados relataram o uso de medicamentos adquiridos em farmácias (industrializados), 22% às vezes e 71% com maior frequência.

Essa preferência pelos remédios caseiros na comunidade de Boa Esperança pode estar relacionada à distância para a sede municipal, pois esta é a comunidade mais distante a participar da pesquisa. Seu acesso se dá através de 12 km de estrada não pavimentada, com acesso 20km antes da sede

municipal, na PA-136. A comunidade possui cerca de 40 famílias e para ter acesso ao sistema único de saúde precisa se deslocar até a sede do município ou até Curuçá, município vizinho e com distância igual, pois a comunidade não dispõe de serviço de saúde.

Dentre as 37 plantas citadas nesta comunidade, 13 foram citadas somente nesse local, representando a comunidade que mais citou plantas uma única vez. Entre as plantas citadas somente nessa comunidade, temos a pimenta-de-macaco (*Piper aducum* L.) – Figura 13, que é alegada para cãibra e dores provocadas por reumatismo, para sua utilização é necessário mergulhar o fruto em uma garrafa com álcool, aguardar soltar a cor e passar no local indicado. As demais 24 plantas foram citadas em outras comunidades também. Livramento foi a segunda comunidade que mais citou plantas uma única vez, 9 espécies, e no total a comunidade citou 25 plantas.

Figura 13 - Fruto Pimenta-de-macaco em Boa Esperança



Fotos: Autora (2018)

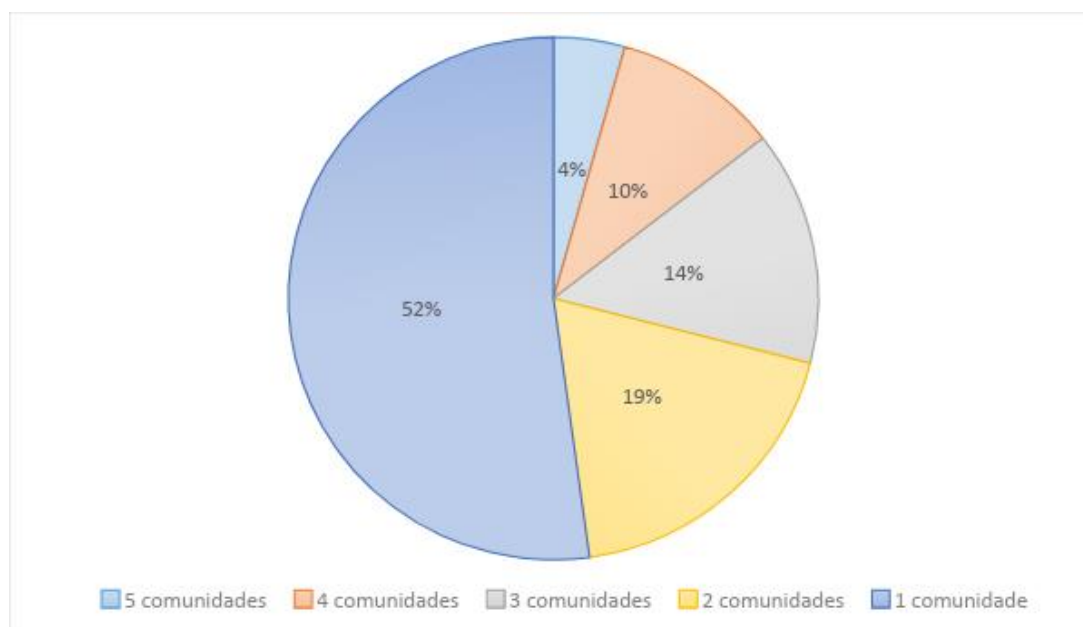
No trabalho desenvolvido por Carneiro et. al. na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu foram encontradas 5 plantas com finalidade medicinal também citadas no presente trabalho. As 10 espécies mais citadas no trabalho de Monteiro (2012), desenvolvido na APA – Algodual-Maiandeuá, também foram citadas nesta pesquisa.

Outros trabalhos realizados no município mostram semelhanças nas espécies citadas, como em Coelho-Ferreira (2005), “A Fitofarmacopeia da Comunidade Pesqueira de Marudanópolis, Litoral Paraense”, em que foi possível encontrar 51 espécies citadas. No trabalho desenvolvido por Santos Júnior (2013), 9 das 10 espécies mais citadas pelos entrevistados também foram citadas nesse trabalho, a exceção do marupazinho (*Eleutherine bulbosa*), que não foi citada. Enquanto que as 10 espécies mais citadas no trabalho de Monteiro (2011), desenvolvido no grupo de mulheres do Espaço Erva Vida, também foram citadas nesta pesquisa.

7.2.1. Saberes, usos e ensinamento sobre plantas medicinais.

Para relacionar a frequência de citação de planta, serão consideradas as citações das 69 espécies listadas no trabalho, por comunidade. Apenas 3 plantas foram citadas nas 5 comunidades, 4%; 7 plantas foram citadas em 4 comunidades, representando 10%; 10 plantas foram citadas em 3 comunidades, equivalente a 15%; 13 espécies foram citadas em 2 comunidades, 19% e 36 espécies foram citadas somente em uma das comunidades. Essas frequências encontram-se organizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 9 - Frequência de citação das plantas nas comunidades pesquisadas



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2018.

As espécies citadas em todas as comunidades possuem finalidade anti-inflamatória, as três (Barbatimão, Sucuuba e Verônica) fazem parte da

composição das garrafadas citadas. A Sucuuba foi citada, também, como componente de lambedor e utilizada *in natura* (o leite) para combater verminoses. O quadro abaixo organiza as espécies citadas em todas as comunidades, com seu tipo de preparo e sua alegação de uso. Essas três espécies estão entre as mais citadas na comunidade de Algodual, de acordo com o trabalho de Monteiro (2012).

Quadro 5: Espécies citadas em todas as comunidades:

Etnoespécies	Parte utilizada	Tipo de preparo	Alegações de uso
Barbatimão	Casca	Garrafada	Inflamações ginecológicas
Sucuuba	Casca	Garrafada	Inflamações ginecológicas
		Lambedor	Gripe/Inflamação na garganta
	Leite	In natura	Vermes
Verônica	Casca	Garrafada	Inflamação geral/anemia

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As garrafadas foram citadas utilizando sempre várias plantas medicinais em seu preparo, suas alegações de uso estão sempre relacionadas ao tratamento de inflações já instaladas ou ao uso periódico de forma preventiva. O mesmo ocorre com o lambedor, onde diversas plantas são utilizadas no preparo para tratar doenças do trator respiratório.

No preparo dos chás, as partes mais utilizadas são as folhas ou a casca da planta e a alegação de uso está relacionada a doenças do trato digestivo. A associação de plantas em um preparo é mais comum do que a utilização de somente uma espécie.

As espécies citadas em quatro comunidade foram citadas de forma similar no quadro abaixo. Houve semelhança em três espécies citadas no trabalho de Monteiro (2012) e em seis espécies entre as mais citadas no trabalho desenvolvido por Monteiro (2011).

Quadro 6: Espécies citadas em quatro comunidades

Etnoespécie	Parte usada	Tipo de preparo	Alegações de uso
Algodão	Folha	Lambedor/Garrafada	Inflamações/gripe
Babosa	Folha	<i>In natura</i> lambedor	Queimaduras, hemorróidas, estômago / Inflamações de garganta
Hortelã grande	Folha	Lambedor	Gripe/Inflamação de garganta
Hortelãzinho	Folha	Chá Lambedor	Dor de barriga Gripe, Inflamação de garganta
Jucá	Fava	Garrafada Lambedor Tintura	Inflamações ginecológicas e de garganta Ferimentos, Erisipela, Dor estômago
Pariri	Folha	Chá/garrafada	Anemia Anti- inflamatório
Pirarucu	Folha	Lambedor/aplicação/ sumo	Garganta inflamada/ inchaços/baques

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2018.

As espécies citadas em três e em duas comunidades foram organizadas em somente uma tabela, contendo a sua alegação de uso e a forma que são utilizadas, conforme podemos observar abaixo.

Quadro 7: Espécies citadas em três ou duas comunidades

Etnoespécie	Parte usada	Tipo de Preparo	Alegações de uso
Alfavaca**	Folha	Banho de cabeça (Cheiroso)	Gripe
Alfavacão*	Folha	Banho de cabeça (Cheiroso)	Gripe
Alho**	Dente	Lambedor Chá Água	Garganta Inflamada, gripe/ dor de barriga/ pressão alta
Anador**	Folha	Chá	Dor
Andiroba*	Óleo	Lambedor	Gripe/Inflamação de garganta
Aroeiro**	Folha	Garrafadas	Inflamação ginecológica e de estômago
Boldo*	Folha	Chá	Dor no estômago/Fígado
Cidreira**	Folha	Chá	Dor de barriga/Calmante
Coco**	Água	Banho de cabeça (Cheiroso)	Gripe
Copaíba*	Óleo	<i>In natura</i>	Asma
Elixir Paregórico**	Folha	Chá	Dor/Fígado

Continua...

<i>Eucalipto</i> **	<i>Não citado</i>	<i>Chá</i>	<i>Sinusite, febre, inflamações</i>
Goiabeira**	Folhas novas (grelo)	Chá	Diarreia, dor de barriga
Jatobá**	Casca	Garrafada/Lambedor	Inflamações de útero e de garganta
Laranja**	Casca do fruto	Chá	Fígado
	Folha	Banho de cabeça (Cheiroso)	Gripe
Limãozinho*	Fruto	Lambedor	Gripe/Inflamação de garganta
Mangue vermelho*	Raiz	Macerado/sumo	Diarreia
Manjeriçã*	Folha	Banho de cabeça	Gripe, Inflamação de garganta
		Água ³	Calmante
Mastruz*	Folha	Lambedor	Gripe, Inflamação de garganta
		Banho de Cabeça	Baque, verme
		Suco	
Sucuriju**	Não citado	Chá	Fígado
Terramicina em planta*	Folha	Chá	Inflamação urinária, dor no estômago
		Garrafada	Inflamação

³ Folhas são colocadas em uma garrafa com água para aromatizar.

		Macerada	ginecológica Ferimentos
Ucuuba**	Casca	Garrafada	Inflamações de
	Leite	Dissolvido em água	útero e de estômago
Unha de Gato*	Não citado	Garrafada	Inflamação Ginecológica

* Espécies citadas em três comunidades.

** Espécies citadas em duas comunidades.

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Durante a reunião realizada na comunidade de Boa Esperança foi possível identificar uma grande valorização das plantas medicinais em diversas passagens das falas, como:

“A gente tá no meio do remédio e às vezes não sabe”
(Entrevistado 7, Boa Esperança – 2017)

“Às vezes a gente tem um remédio no nosso quintal que conhece por um nome e outra pessoa conhece por outro” (Entrevistado 5, Boa Esperança – 2017)

“Pra a asma, tudo o que ensinavam fazia para a filha até que ficou curada, mas a gente não sabe qual foi o remédio que fez o efeito” (Entrevistado 5, Boa Esperança – 2017)

Os entrevistados de Livramento também demonstraram valorização das plantas medicinais, entretanto alguns relataram que as outras pessoas da comunidade têm o costume de utilizar medicamentos sintéticos comprados nas farmácias.

“Chá é muito bom para febre e infecções. Pra criança e pra adulto. Mas o pessoal daqui não quer saber disso, só quer saber de ir na farmácia, ir na farmácia e intoxica daquele remédio, porque remédio de farmácia pra mim intoxica, prejudica a gente por dentro. Eu acho que aquilo, devido às pessoas tomarem muito desse tipo de remédio de farmácia, as vezes que acaba tendo outro tipo de problema e remédio medicinal não. E hoje em dia não se faz mais uso de remédio de mato, e a gente remédio caseiro e é muito bom. (Entrevistado 3, Livramento – 2017)

Barbosa (2011), indica que pode ser que existam efeitos colaterais após a utilização de substâncias isoladas com atividade farmacológica. Além disso, a descrição médica e farmacêutica inadequada sobre o uso de medicamentos pode trazer prejuízos para o usuário.

Outros comunitários demonstraram preocupação com o processo produtivo dos medicamentos fitoterápicos comercializados na comunidade, pois periodicamente, vendedores autônomos passam nas comunidades vendendo esses produtos.

“Eu tomo remédio caseiro e compro remédio caseiro. Eu compro caseiro de quem vende, mas eu compro aqueles que tem o rótulo nutricional, quando tem o rótulo nutricional eu faço questão de comprar, mas quando não tem eu não compro”.
(Entrevistado 1, Livramento – 2017)

Em relação a esses produtos comercializados pelos autônomos de outros lugares, também foi observado uma valorização dos produtos que “vem de fora” em relação aos produtos produzidos na própria comunidade/Município. Demonstram uma sensação de que o produto fitoterápico de um outro local é melhor e mais eficaz,

“Aqui vende muito remédio caseiro, as pessoas vêm de fora e vendem. Tem o costume de comprar o que vem de fora, ao invés de fazer aqui.

Tem aqui também, a gente faz, mas tem plantas que não tem aqui, que é ruim de se encontrar aí eu já compro, porque tem muitas árvores que não tem aqui.” (Entrevistado 1, Livramento – 2017)

Nesse trecho e em outras passagens de outras reuniões comunitárias foi possível observar a figura masculina sendo a responsável por buscar os recursos vegetais encontrados em regiões mais distantes e com maior dificuldade de acesso. Essa pessoa pode ser representada por algum membro da família ou por alguma pessoa contratada para realização de tal serviço.

“As plantas que estão mais longe a gente manda o cunhado da Entrevistada 2 pegar, primeiro a gente ia, mas agora tá perigoso pra ir um monte de mulher no mato. Aí a gente compra, paga ele pra ir tirar. Mas ele falou que está difícil, por quê estão derrubando os paus, estão acabando, as pessoas vão só tirando e não plantam de novo. Aí vão roçando o mato e vão acabando”.
(Entrevistado 3, Sossego – 2018)

Com exceção das entrevistadas do bairro do Sossego, os outros entrevistados não sabiam da existência de uma legislação específica que regulamenta as plantas medicinais. Por trabalhar há diversos anos com a produção de fitoterápicos, as mulheres do grupo Erva Vida já possuem um amplo conhecimento sobre o assunto, inclusive das legislações que estão relacionadas com as plantas medicinais.

Os entrevistados das outras comunidades relacionaram somente os conhecimentos repassados às alegações de uso, não sabem que existe essas legislações que regulamentam e indicam o uso. A maioria desconhecia o fato de que os médicos podem receitar tratamentos médicos com o uso de plantas medicinais.

Em relação à frequência de uso, vários entrevistados relataram a utilização periódica dos remédios produzidos a partir das plantas medicinais, independentemente de estarem ou não apresentando sintomas de alguma doença.

“Me ensinaram copaíba no café (para crise de asma), um pingo em uma colher de café, até depois de passar a crise continuar dando.

A gente aqui não toma garrafada só quando sente alguma coisa, de vez em quando a gente toma”. (Entrevistado 5, Boa Esperança – 2018)

“De vez em quando a gente toma, a gente não toma só quando está doente não, porque a gente tem que cuidar da saúde sempre”. (Entrevistado 8, Camará – 2018)

A forma pela qual os entrevistados adquiriram os conhecimentos acerca do uso medicinal da flora está relacionado, na maioria dos casos, com as progenitoras.

“Utilizamos (lambedor) mas é a sogra que faz. Quando as crianças estão doentes a avó faz e eles tomam. Não sabem o processo”. (Entrevistado 4, Camará – 2018)

“Usamos chá, que aprendi com minha mãe que aprendeu com a minha avó”. ((Entrevistado 8, Camará – 2018))

“Lambedor é feito pela minha sogra, para as crianças quando estão doentes. Porque eu não sei fazer e nem quero aprender, porque custa muito, fica muito tempo no fogo cozinhando”. (Entrevistado 2, Camará – 2018)

“Aprendi com a minha avó, que ensinou para os meus filhos e

hoje em dia eu ensino para os meus netos, e qualquer pessoa que venha aqui em casa eu ensino.

A minha avó era uma pessoa que fazia remédio para qualquer pessoa, aí ela me ensinou muito. Já passei por situações difíceis aqui em casa, de não ter recurso e não dar tempo de levar meu filho para o hospital.

Então muita coisa que eu sei hoje foram a minha mãe e ela (minha avó) as minhas professoras”. (Entrevistado 3, Guarajubal – 2018)

“Com as pessoas que vieram ensinar pra gente, a do museu e a de Terra Alta, a gente só sabia fazer o chá, não tinha como conservar. Com as (nossas) mães.” (Entrevistado 3, Sossego – 2018)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo período que decorreu entre as primeiras conversas sobre reservas extrativistas, passando pela publicação do decreto, até chegar ao início dos trabalhos efetivos do órgão gestor da área, acarretaram a desmotivação e desmobilização dos participantes locais. Segundo relatos de comunitários, durante esse período, diversos moradores ativos no processo foram residir em outros municípios ou deixaram de participar por outros motivos, como problemas de saúde.

Existia uma grande expectativa por parte dos moradores em receber benefícios similares aos benefícios recebidos por usuários de RESEX do entorno, como barcos, equipamentos, casas, entre outros. Para mostrar que a finalidade da RESEX é preservar o meio ambiente e os modos de vida das comunidades que ali residem, as reuniões sempre se iniciavam com esses tópicos. Além disso, era explicado que os benefícios citados eram decorrentes de um momento político e econômico diferente do atual.

Devido à grande extensão territorial da UC, à distância entre cada comunidade e às dificuldades de acesso, em alguns casos, as 32 comunidades que fazem parte da RESEX são diferentes em vários aspectos, como por exemplo, a principal atividade econômica desenvolvida, os hábitos locais, o perfil etnofarmacêutico, a relação com os recursos naturais, a estrutura e etc. A comunidade participante desta pesquisa mais distante da sede municipal e com maior dificuldade de acesso é a que citou maior quantidade de etnoespécies utilizadas com finalidade medicinal diferentes.

A distância entre as comunidades, a dificuldade de comunicação e a pouca disponibilidade de recursos financeiros são alguns dos elementos que prejudicam o desenvolvimento das ações de gestão na área, afetam inclusive a participação nos eventos promovidos pela AUREMLUC e ICMBio para os usuários da Reserva.

Cada comunidade possui o tipo de recurso natural mais utilizado, mas em todas são utilizados os recursos pesqueiros com maior ou menor intensidade. Plantas foram citadas em todas as comunidades participantes com finalidade terapêutica. O que indica que a fitoterapia popular está presente nas comunidades participantes da pesquisa.

A maior parte dos participantes da pesquisa pertence ao gênero feminino, o que pode estar relacionado com a divisão social do trabalho, em que a mulher (ainda) é responsável por cuidar da casa e das pessoas que ali vivem, zelando pela saúde e bem-estar delas. Os participantes do gênero masculino apresentaram uma média de idade elevada, se comparada à média das participantes, com isso podemos inferir que o conhecimento que eles possuem acerca do assunto foi adquirido ao longo da vida e que valorizam a utilização medicinal das plantas.

A finalidade de uso e a forma de preparo de algumas espécies variam de acordo com a comunidade. Esses quesitos estão relacionados com o ensinamento que receberam sobre aquela planta. Em alguns casos, os entrevistados relataram misturar receitas diversas para chegar numa forma de preparo final do remédio. O conhecimento sobre o uso, na maioria dos casos foi adquirido principalmente através das mães e avós dos entrevistados, mostrando mais uma vez a importância da mulher nessas famílias.

No total, durante as reuniões e entrevistas, foram citadas 69 espécies de plantas diferentes utilizadas pelos moradores com a finalidade medicinal. A parte das plantas mais utilizada é a folha, entretanto, as formas de preparo citadas foram diversas, como: chá, garrafada, lambedor, banho de cabeça, entre outros.

Em todas as comunidades os moradores relataram maior dificuldade de conseguir algumas espécies vegetais, se comparado ao passado. Verônica (*Dalbergia monetaria* L), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), sucuuba (*Himatanthus sucuuba* (Spruceex. Mull. Arq.) Woodson) e ucuuba (*Virola surinamensis* (Rol. Ex Rottb)) foram algumas das espécies que os entrevistados citaram estar desaparecendo da área. O principal motivo para isso, diz respeito à ação antrópica na qual o homem só utiliza o recurso e não faz as ações necessárias para preservá-lo, conforme mencionado em entrevista.

Com a exceção do bairro do Sossego em que as mulheres já estão organizadas e conseguem produzir e vender os remédios artesanais produzidos a partir das plantas medicinais, as outras comunidades não citaram ou associaram a utilização de plantas medicinais com a perspectiva que geração de renda, a visão que eles têm é a utilização apenas para os moradores da própria casa e não voltada para a venda.

Dessa forma, as plantas medicinais podem ser inseridas como uma forma de contribuir para a restauração de áreas degradadas, assim como podem servir como fonte de complementação da renda familiar e também é uma forma de valorizar o conhecimento acerca desse assunto presente na cultura do local. Para isso foi desenvolvido um relatório explicando a importância desse recurso e algumas ações que podem ser desenvolvidas na Reserva Extrativista Mestre Lucindo, como inserção da reposição da flora medicinal no Plano de Manejo da UC, lista das principais espécies citadas no trabalho, mostrar as possibilidades relacionadas a diversificação da fonte de renda utilizando as plantas medicinais e produção de uma cartilha para ser utilizada pela equipe do ICMBlo e AUREMLUC na unidade explicando sobre as plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In. **O destino da floresta**. Rio de Janeiro: Redume-Dumará, 1994.

_____. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira. In: **Áreas Protegidas / Fundo Vale** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

ANTONIO, Gisele Damian; TESSER, Charles Dalcanale; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otavio. Fitoterapia na atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, v.48, n.3, p.541-553, 2014.

ALMEIDA, Fabiana Pureza. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. 247 p. Dissertação (Mestrado). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Escola Superior De Conservação Ambiental E Sustentabilidade. 2014

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 273-290.

BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. Aproveitamento farmacêutico da flora como instrumento de preservação cultural e ambiental. In: **Etnofarmácia** – Fitoterapia popular e Ciência farmacêutica. _____ (Org.). 2ª Edição. Belém: NUMA/UFGA, 2011.

BASTOS, Maria de Nazaré do C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, MPEG, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.

BASTOS, Márcia Sueli Castelo Branco; **Turismo de saúde: saberes e remédios caseiros para o desenvolvimento local na comunidade do Sossego/Marapanim-Pa**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2016.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Decreto Federal nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências

_____. Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Decreto Federal nº 98.897, de 20 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências

_____. Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. – 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de; NASCIMENTO, Mara Dayane Silva; MENDONÇA, Symone da Costa. Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA): processo de criação e perspectivas para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul, p.300-327, 2017.

CARNEIRO, Diogo Borges; BARBOZA, Myrian Sá Leitão; MENEZES Moiarah Paula. Plantas nativas úteis na Vila dos Pescadores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Pará, Brasil. **Acta Botânica Brasileira** 24(4): 1027-1033. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológica e econômica. **Estudos Avançados**, 26n (74), 2012.

CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas**: Um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: Grupo de Trabalho 7: Conhecimento Local e Meio Ambiente. Coordenado pela professora Edna Castro. Belém: NAEA, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 9ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO-FERREIRA, Márlia; SILVA F. F. Manoela. A Fitofarmacopeia da Comunidade Pesqueira de Marudá Litoral Paraense. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Naturais, Belém, MPEG, v. 1, n. 2, p. 31-43, mar-ago. 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília. **Relatório...** Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade, in: **Anais do Encontro dos Povos do Vale do Ribeira**, São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2001

_____. **Etnoconservação da Natureza**: Enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-46.

FERNANDES, Tania Maria. **Plantas medicinais**: memória da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

FIGUEIREDO, Elida Moura. **Uma Estrada na reserva**: impactos socioambientais da PA-136 em Mãe Grande Curuçá (Pa). Dissertação de Mestrado: PPGCA/UFPA-Museu Goeldi/EMBRAPA. 2007.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; BOGÉA, Eliana. Hibridismo cultural e atualização da cultura: o Carimbó do Brasil. **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v.23, n.30, p. 81-92, jul./dez. 2015.

FONSECA-KRUEL, Viviane Stern da; PEIXOTO, Ariane Luna. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.18, n.1, p.177-190, 2003.

FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas. O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n.18, p. 81–105, dez. 2014/abril 2015.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set.-dez. 2009

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2004

ICMBio, 2014. Estudo socioambiental referente à proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha no município de Marapanim, Estado do Pará. 2014.

ICMBio, 2015. Três novas reservas extrativistas marinhas são criadas no Pará. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/5044-tres-novasreservas-extrativistas-marinhas-sao-criadas-no-para.html>>. (Acesso em: 29/02/2016).

IRVING, Maria de Azevedo. Desatando nós: a relação entre conservação da biodiversidade, sociedade e cultura na gestão de áreas protegidas. In: **Áreas Protegidas** / Fundo Vale – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. – 4. ed. Revista – São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LUZ NETO JUNIOR, Nilton; RIBEIRO, João Estevam Giunti; RODRIGUES, Angelo Giovani. O programa de pesquisas de plantas medicinais da central de medicamentos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Mediciniais da Tecnologia e Insumos Estratégicos**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 29-118. 2006.

MAGLIO, Ivan Carlos. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil**: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MILANO, Miguel Sereduik. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: **Áreas Protegidas** / Fundo Vale – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

MONTEIRO, Maurícia Melo. **Papel das plantas medicinais na questão de gênero dentre as mulheres pescadoras** - erveiras do espaço Erva Vida Sossego/ Marudá/ Marapanim. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2011.

MONTEIRO, Márcia Joana Souza. **Conhecimento e uso de plantas medicinais nas comunidades de uma unidade de conservação:** uma contribuição para a gestão da APA Algodoal-Maiandeuá. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2012.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza:** uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, 2010.

PINTO, Lucianna do Nascimento. **Plantas medicinais utilizadas por comunidades do município de Igarapé-Miri, Pará:** Etnofarmácia do município de Igarapé-Miri – PA. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Farmácia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Belém, 2008.

PINTO, Lucianna do Nascimento; BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. Etnofarmácia do município de Igarapé-Miri, Pará. In: **Etnofarmácia** – Fitoterapia popular e Ciência farmacêutica. BARBOSA, Wagner Luiz Ramos (Org.). 2ª Edição. Belém: NUMA/UFPA, 2011.

QUIRINO, Glauberto da Silva. Saber científico e etnoconhecimento: é bom pra quê? **Ciência e Educação**. Bauru-São Paulo, v. 21, n. 2, p. 273-283, 2015.

ROCHA, Tainá Teixeira. **Levantamento etnobotânico de plantas utilizadas pelas comunidades da reserva extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências

Naturais e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2014.

RODRIGUES, Angelo Giovani; SANTOS, Marize Girão dos; AMARAL, Ana Cláudia F. Políticas Públicas em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Tecnologia e Insumos Estratégicos**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 9-28. 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SANTOS, Cleverson Zapelini; SCHIAVETTI, Alexandre. RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO BRASIL: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim do Instituto de Pesca**. São Paulo, 39(4): 479 – 494, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Roque Flor dos Santos. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos no município de Marapanim-Pa**: qualificação da atenção básica e desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

SILVA, Cleber Gomes da. Saber Local. **Perspectivas de Desenvolvimento Local Sustentável a partir da Apropriação do saber Local**: uma análise a partir da experiência de planejamento do grupo de mulheres Erva Vida, em Marapanim/PA. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2012.

SILVA, José Bittencourt da, SIMONIAN; Ligia Terezinha Lopes. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163-175, abr. 2015.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul, 2009.

TOMAZZONI, Marisa Ines; NEGRELLE, Raquel Rejane Bonato; CENTA Maria de Lourdes. FITOTERAPIA POPULAR: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.1, p.115-21, 2006.

VALE, Nilton Bezerra do. A Farmacobotânica, Ainda tem Lugar na Moderna Anestesiologia? **Revista Brasileira de Anestesiologia**. v. 52, n.3, Maio - Junho, 2002

VENTURI, Luís Antônio Bittar. RECURSO NATURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 20, pp. 09 - 17, 2006

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, no Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr. Wagner Luiz Barbosa Ramos, a qual possui como título “**PLANTAS MEDICINAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO**: uma forma de potencializar a atividade extrativista local”, cujo objetivo é levantar e analisar a Fitoterapia Popular praticada em comunidades da RESEX Marinha Mestre Lucindo, buscando diversificar e potencializar a atividade extrativista na reserva, com base no saber local acerca do uso medicinal da flora.

Sua participação envolve uma roda de conversa, para aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo, a qual será gravada. Ao final você irá responder a um questionário com aproximadamente 10 perguntas para caracterização socioeconômica dos participantes.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão da forma que as plantas medicinais são utilizadas em sua Reserva Extrativista e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone (91) 98087-0988/ 99152-7407 ou email: guta.biologia@gmail.com.

Atenciosamente

 Maria Augusta de Jesus Lima
 Matrícula: 201624170011
 Discente

 Prof. Dr. Wagner Luiz Barbosa Ramos
 Matrícula:
 Orientador

Eu, _____,
 portador do RG _____ **consinto em participar deste estudo
 e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

 Assinatura do participante

 Local e data

APÊNDICE B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____ portador do
RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Maria Augusta de Jesus Lima, em pesquisa de mestrado com seu projeto de pesquisa sobre “Plantas Medicinais da RESEX Mestre Lucindo” a realizar as fotos e vídeos que se façam necessários e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos), vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, documentários, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

_____, ____ de _____ de 2017

Maria Augusta de Jesus Lima
Matrícula: 201624170011
Discente

Prof. Dr. Wagner Luiz Barbosa Ramos
Matrícula:
Orientador

Informante / Pesquisado

APÊNDICE C**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

1. Comunidade: _____ 2. Telefone: _____

3. Nome: _____

4. Idade: _____ 5. Local de Nascimento: _____

6. Reside no município desde: _____

7. Escolaridade: _____ 8. Estado civil: _____

9. Quantas pessoas moram na casa? _____ Crianças: _____ Adultos: _____

10. Qual a principal fonte de renda da família?

11. Recebe algum benefício do governo? _____

Qual? _____

12. Você utiliza plantas medicinais? _____ Quem indica?

13. Você utiliza remédios comprados em farmácias? _____ Quem receita?

14. Você recomenda o uso de plantas medicinais para seus familiares e amigos?
Por que?

